

Eva Evangelista

Uma vida dedicada à Justiça









Eva Evangelista

Uma vida dedicada à Justiça



Rio Branco | Acre
2025

PRESIDENTE

Des. Laudivon Nogueira

VICE-PRESIDENTE

Des^a. Regina Ferrari

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Des. Nonato Maia

DIRETOR DA ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO

Des. Luís Camolez

TRIBUNAL PLENO

Des. Samoel Evangelista

Des. Roberto Barros

Des^a Denise Bonfim

Des. Francisco Djalma

Des^a Waldirene Cordeiro

Des^a Regina Ferrari

Des. Laudivon Nogueira

Des. Júnior Alberto

Des. Elcio Mendes

Des. Luís Camolez

Des. Nonato Maia

Des. Lois Arruda





**Comissão de Gestão da Memória do Poder Judiciário
do Estado do Acre (CGMEM)**

Des^a Regina Ferrari
Des. Arquilau de Castro Melo
Juiz de Direito Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Andréa Laiana Coelho Zílio
Nassara Nasseralla Pires
Ires Vitor Saraiva e Sarah
Ana Lúcia Cunha e Silva
Bono Luy da Costa Maia
Jean Carlos Nery da Costa

Equipe da Secretaria de Comunicação Social
Ana Paula Batalha, Elisson Magalhães, Emanuely
Falqueto, Fernando Sobrinho, Gleilson Miranda,
Marcio Bleiner Roma, Márcio Braga, Mauro de
Barros Junior e Miriane Teles



Secretaria Geral - DIGER
José Carlos Martins Júnior

Secretaria de Governança e Gestão Estratégica – SEGOV
Hélio Carvalho

Secretaria de Gestão Orçamentária e Finanças – SEGOF
Jacikley C. Ribeiro

Secretaria Judiciária - SEJUD
Denizi Gorzoni

Secretaria de Logística e Gestão Administrativa - SELGA
Larissa Montilha

Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGEP
Nassara Pires

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC
Elson Correia

Secretaria de Comunicação Social - SECOM
Andréa Zílio

Secretaria de Infraestrutura e Atendimento ao Usuário - SEINF
Ana Paula Carrilho



PUBLICAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Coordenação Geral

Andréa Zílio

Editoria e textos

Eurilinda Maria Gomes Figueiredo

Eva Evangelista de Araújo Souza

Flávia Burlamaqui Machado

Marcos Vinícius Neves

Design e edição

Selene Fortini

Pesquisa fotográfica

Ana Lúcia Cunha

Elisson Nogueira Magalhães

Emanuelly S. Falqueto

Fernando Sobrinho

Fotos capa

Desa^a Eva Evangelista em sua posse como desembargadora do TJAC, em 19 de novembro de 1984. Fonte: Acervo TJAC.

Desa^a Eva Evangelista em sessão solene em homenagem aos seus 49 anos de Magistratura, em 11.09.2024. Fonte: Acervo TJAC.

E92 Eva Evangelista: uma vida dedicada à justiça / coordenação geral Andrea Zílio; editoria e textos Eurilinda Maria Gomes Figueiredo, Eva Evangelista de Araújo Souza, Flávia Burlamaqui Machado e Marcos Vinicius Neves; design e edição Selene Fortini; pesquisa fotográfica Ana Lúcia Cunha, Emanuelly S. Falqueto e Fernando Sobrinho. – Rio Branco: Tribunal de Justiça do Estado do Acre, 2025.

104p.: il., col.

Bibliografia: p. 102-103.

ISBN: 978-65-01-48590-4

1. Souza, Eva Evangelista de Araújo. 2. Desembargadora Eva Evangelista – TJAC – Biografia. 3. Juízes (Acre) – Biografia. I. Zílio, Andrea. II. Figueiredo, Eurilinda Maria Gomes. III. Souza, Eva Evangelista de Araújo. IV. Machado, Flávia Burlamaqui. V. Neves, Marcos Vinicius. VI. Fortini, Selene. VII. Cunha, Ana Lúcia. VIII. Falqueto, Emanuelly S. IX. Fernando Sobrinho. X. Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

CDD: 923.408112

Elinei Carvalho Santana – CRB/11 – 1063

Biblioteca: Tribunal de Justiça do Estado do Acre



Índice

Desembargadora Eva Evangelista: um legado de meio século de dedicação à Justiça	6	46	Minha jornada em Sena Madureira: desafios, transformações e justiça social
Apresentação	9	50	Sena Madureira, a capital que foi e que não foi
Minhas raízes cearenses e o encontro com a Amazônia	10	53	Encontros, desafios e transformações em Sena Madureira
O mundo em guerra e a batalha amazônica	12	56	Ser mulher nunca foi fácil – e ainda há muito pelo que lutar
O significado do meu nome: um triunfo da vida	14	58	Questões agrárias e conflitos em Sena Madureira
Às margens do rio Acre, uma pequena cidade	16	61	Conflitos fundiários e crise social
Memórias de uma infância abençoada na Estação Experimental	19	62	Minha promoção para Rio Branco e os novos desafios da capital
A última estação antes de Sena Madureira	20	65	Serviço à Justiça: promoção à 1ª Vara Cível de Rio Branco
As lições de vida que moldaram meu futuro	22	69	Posse no desembargo: um marco em minha trajetória
Perto ou longe, desafios da educação acreana	26	72	Minha contribuição para a Justiça Eleitoral no Acre
Do científico ao Direito: uma jornada de mudanças e superação	28	75	Primeira mulher a presidir o Tribunal de Justiça do Acre
A busca por autonomia e a Faculdade de Direito	32	78	Transformando a Justiça: meu papel na Corregedoria Geral
Meus primeiros passos na advocacia e na magistratura	34	80	Formação inicial e capacitação: uma missão da Escola do Poder Judiciário
Do desquite ao divórcio, uma conquista essencial	36	83	Depoimentos
O Incra e a construção de uma base sólida	38	94	O começo de uma nova fase
A complexa questão fundiária acreana e o Incra	40	98	Galeria de fotos
O meu início na magistratura: um caminho inesperado	43	102	Bibliografia
Poder Judiciário Territorial e Justiça do Estado	44		



Desembargadora Eva Evangelista: um legado de meio século de dedicação à Justiça

*“O potencial da humanidade é infinito, e todo ser tem uma
contribuição a fazer por um mundo mais grandioso. Estamos
nele juntos e somos um.”*

Helena Blavatsky

Nossa estimada desembargadora Eva Evangelista encerrou recentemente um ciclo marcante: foram quase 50 anos de magistratura, um feito raro e memorável. Meio século de vida dedicado ao verdadeiro sacerdócio que é a Justiça. Ao longo de sua trajetória, Eva foi muito mais que uma profissional exemplar. Ela se destacou como líder, mentora e, acima de tudo, como uma incansável defensora dos direitos fundamentais, especialmente daqueles mais vulneráveis. Sua atuação foi guiada pela sabedoria, ética e pelo profundo respeito à dignidade humana.

Essa história de dedicação nos convida a uma reflexão profunda, principalmente sobre vocação: é realizar algo com tamanha maestria e paixão que acaba por inspirar todos ao redor, como a desembargadora Eva o fez ao longo de sua vida. Cada decisão que tomou foi impregnada de afeto, respeito à lei, mas principalmente de sabedoria, deixando um legado que continuará iluminando as futuras gerações.

Para entender a grandeza do que é vocação, podemos recorrer a uma metáfora que remete ao ciclo natural da vida, utilizando, em parte, Isaías 55:10-11:

“Vocação é como a neve ou a chuva que descem das nuvens. Elas não retornam sem antes cumprir seu papel: fertilizar o solo, alimentar os rios, reabastecer os lençóis freáticos e, assim, fechar o ciclo, retornando como chuva novamente. Da mesma forma, aquilo que fazemos com dedicação e propósito reverbera no mundo antes de retornar a nós.”

Desembargadora Eva Evangelista e Regina Ferrari são recebidas por indígenas Nukini e Nawas, às margens do rio Móa na Aldeia Isã. Fonte: Acervo TJAC - Manu Falqueto

E hoje, desembargadora Eva, o que volta para você é o reflexo de sua dedicação: amizade, admiração, respeito e amor. Essa é a colheita de quem viveu e trabalhou com propósito, deixando um exemplo poderoso para todos nós. É um convite à reflexão sobre nossas próprias ações e escolhas: será que o que produzimos hoje é aquilo que gostaríamos de receber de volta no futuro?

Eva Evangelista não apenas fez história, mas se tornou um símbolo de pioneirismo e superação. A sua devoção profissional, sua parceria inestimável e os quase 50 anos de serviço ao Judiciário Acreano são, sem dúvida, um legado eterno de amor à Justiça. Foi a primeira mulher a integrar a magistratura acreana, a ocupar o cargo de desembargadora na Corte de Justiça e a presidir o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e o Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE/AC). Sua trajetória enaltece o Judiciário do Acre e do Brasil e inspira todos nós a seguirmos com responsabilidade e dedicação ao servir à Justiça.

Desembargadora Regina Ferrari

Vice-presidente do TJAC

Presidente da Comissão de Gestão da Memória do
Poder Judiciário do Estado do Acre (CGMEM)





Apresentação

Ao encerrar sua brilhante carreira no Tribunal de Justiça do Estado do Acre, a desembargadora Eva Evangelista coroou uma trajetória marcada por coragem, determinação e pioneirismo. Sua história é repleta de marcos históricos: foi a primeira mulher a ingressar na magistratura acreana, a primeira juíza a alcançar o posto de desembargadora e a primeira mulher a presidir o Tribunal de Justiça do Acre. Essas são apenas algumas de suas conquistas, como veremos nas páginas a seguir.

Contudo, o legado de Eva Evangelista vai além de sua atuação profissional. Seu destemor também se estendeu à esfera pessoal, enfrentando barreiras impostas às mulheres brasileiras nas últimas décadas do século passado – um período marcado por bloqueios, violências e desafios que, infelizmente, ainda ecoam em nossos dias. Para compreender plenamente sua trajetória, é essencial contextualizá-la no tempo e no espaço em que ela viveu e construiu sua história.

Por isso, propomos tratar esta biografia como uma conversa íntima e acolhedora, daquelas que acontecem no fim da tarde, na varanda de uma casa de madeira, como a que abrigou a infância da menina Eva. Uma conversa bem acreana, temperada com memórias, como janelas da história, que ajudam a nos transportar para outros tempos. Revisitemos, por exemplo, o contexto da Batalha da Borracha, que marca as origens de sua família; as características do então jovem bairro Estação Experimental; e a pequena cidade de Rio Branco, onde Eva cresceu, se formou e se tornou mulher – em meio aos difíceis anos de conflitos fundiários e tensões sociais que marcaram o Acre.

Nosso objetivo é lançar luz sobre essa trajetória de forma ampla e multifacetada, revelando não apenas a ternura das lembranças que Eva guarda, mas também os desafios e dores que enfrentou em sua admirável caminhada.

Minhas raízes cearenses e o encontro com a Amazônia

Eu gosto de dizer que sou uma cearense acreana. Meu pai nasceu em Santana do Acaraú, uma cidade próxima a Sobral, no Ceará. Minha mãe, por sua vez, veio ao mundo em Icapuí, perto da divisa com o Rio Grande do Norte, uma terra que ela sempre descrevia como repleta de cajueiros e suas sombras acolhedoras.

A história da nossa família começou no esforço da borracha, um capítulo marcante da migração nordestina para a Amazônia. A primeira viagem aconteceu em 1942, no auge da chamada dos “soldados da borracha”. Esses homens e mulheres eram empurrados pelo flagelo da seca em busca de um futuro melhor, atraídos por uma intensa propaganda que prometia oportunidades na Amazônia. O trajeto, porém, era longo e repleto de desafios. A travessia marítima era especialmente perigosa, devido ao temor constante de ataques a navios. Foi somente em 1944 que meus pais chegaram ao Acre.



Partida de soldados da borracha de Fortaleza.
Fonte: Acervo Museu de Arte da Universidade do Ceará.

Eles vieram em caravanas separadas, mas o destino tratou de uni-los aqui. Meu pai chegou acompanhado de seus irmãos, movido pela esperança de prosperar com a extração do ouro branco da floresta: a borracha. Naquele tempo, o Acre era cobijado pelo mundo inteiro, um território promissor no coração da Amazônia.

Foi aqui que meus pais se conheceram, se apaixonaram e decidiram compartilhar uma vida juntos. Após o casamento, tentaram retornar ao Nordeste, mas a adaptação foi difícil. Passaram pelo Piauí, e meu pai chegou a trabalhar no Maranhão, na extração de cera de carnaúba, uma jornada que parecia uma tentativa de reencontro com suas raízes. Contudo, a terra natal já não os acolhia como antes. Assim, decidiram voltar ao Acre em 1949, agora com uma nova história para contar e uma nova vida a caminho. Na bagagem, minha mãe trouxe mais que sonhos; trouxe a mim, em seu ventre, já pronta para me dar ao mundo nesta terra que também viria a chamar de lar.



Mulheres reunidas no alojamento dos soldados da borracha.
Fonte: Acervo Museu de Arte da Universidade do Ceará.

O mundo em guerra e a batalha amazônica



Soldados da Borracha esperando embarque em alojamento.
Fonte: Acervo Museu de Arte da Universidade do Ceará.

O evento histórico conhecido como “Batalha da Borracha” é pouco lembrado pela maioria dos brasileiros, mas deixou marcas profundas na vida de milhares de famílias das regiões Norte e Nordeste. Durante esse período, suas histórias foram transformadas por acontecimentos que ligaram diretamente essas populações à dinâmica da Segunda Guerra Mundial.

O mundo vivia em convulsão desde 1939, com o início da guerra. No Brasil, porém, o impacto inicial foi limitado devido à política ambígua do Estado Novo, o regime ditatorial de Getúlio Vargas, que procurava tirar proveito econômico e político, tanto do lado do “Eixo” quanto dos “Aliados”. Esse equilíbrio estratégico, no entanto, foi rompido em 1941, quando o Japão atacou Pearl Harbor, forçando os Estados Unidos a abandonarem sua posição de apoio indireto aos Aliados e entrarem definitivamente no conflito.

Uma das consequências imediatas desse novo cenário foi o bloqueio do acesso às plantações de borracha do sudeste asiático, que passaram a ser controladas pelo Japão. Para enfrentar essa crise, os Estados Unidos pressionaram o Brasil a assumir um papel mais ativo na guerra. Em 1942, o governo brasileiro assinou os “Acordos de Washington” com os EUA, que previam o aumento da produção de borracha natural na Amazônia em troca de apoio financeiro e tecnológico para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Além disso, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão.

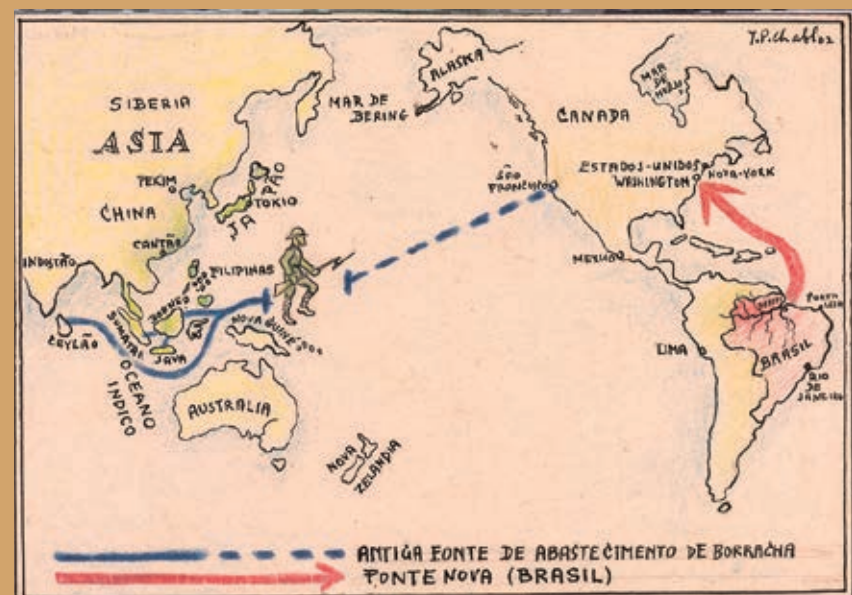
Assim teve início a “Batalha da Borracha”, um esforço massivo que mobilizou milhares de brasileiros, em especial nordestinos, para trabalhar nos seringais da Amazônia, muitas vezes em condições forçadas. Entre esses migrantes estavam os pais de Eva Evangelista, que partiram do Ceará rumo ao Acre, onde sua filha nasceu e cresceu.



Concentração de recrutados no Ceará.
Fonte: Acervo Museu de Arte da Universidade do Ceará.

As memórias daqueles que viveram esse período revelam o custo humano desse processo de mobilização. Relatos frequentes falam da desorganização governamental, do medo de ataques de submarinos alemães aos navios que transportavam os chamados “soldados da borracha”, das condições insalubres dos alojamentos, da alimentação precária, dos riscos das viagens pelos rios amazônicos e da incerteza sobre o que o futuro reservava para os homens, mulheres e até crianças levadas a participar do chamado “esforço de guerra”.

Mapa ilustrativo do bloqueio das plantações asiáticas, arte de Pierre Chabloz. Fonte: Acervo Museu de Arte da Universidade do Ceará.





O significado do meu nome: um triunfo da vida

Sou a quarta filha de João Evangelista Araújo e Maria Silvério Araújo, mas carrego comigo a bênção de ser a primeira a sobreviver. Antes de mim, três irmãos partiram ainda pequenos, vítimas de doenças que marcavam aquele tempo: difteria, tétano e complicações no parto. Foi em razão dessas perdas que meu nome se tornou tão especial. Contaram aos meus pais que se batizassem seus filhos como “Eva e Adão”, a vida triunfaria sobre a fragilidade. Assim, quando nasci, em 1949, fui chamada Eva. E sobrevivi.

Logo depois veio meu irmão Adão e ele também sobreviveu. Foi como se a promessa de renascimento tivesse se concretizado. Os filhos que vieram depois de nós — Antônio, Evany e Afonso — igualmente trouxeram alegria e continuidade à nossa família. Meus pais, marcados pelas perdas anteriores, cuidavam de mim com especial zelo. Eu sentia o amor e a proteção, um cuidado que era também uma forma de superar as dores do passado.

Os pais de Eva Evangelista: Maria Silvério Araújo e João Evangelista Araújo. Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.

O serrador, 1996
Obra do artista Hélio Melo
Nanquim e extrato de folhas sobre papel
Acervo Fátima Melo, AC
Foto: Sérgio Guerini

*“Eu sentia o amor e a proteção,
um cuidado que era também uma
forma de superar as dores do
passado.”*

Meu pai encontrou prosperidade aqui na Amazônia. Ele não se envolveu diretamente com a extração da borracha, mas desempenhou um papel importante no desenvolvimento da região. Inicialmente, trabalhou com madeira, uma atividade essencial para a construção de uma cidade em expansão. Lembro-me dele serrando enormes toras ao lado de nossa casa. Eu, ainda pequena, olhava admirada e me perguntava: “Como ele conseguia manusear aquelas madeiras tão grandes e pesadas?” Era 1955, e vivíamos em um lugar que ainda tomava forma, cheio de desafios e oportunidades. Meu pai também contribuiu para a infraestrutura local, fornecendo postes que ajudaram a iluminar aquela cidade em construção, literalmente e figurativamente.



Eva Evangelista
aos dois anos de
idade.

Fonte: Acervo
pessoal Eva
Evangelista.



Às margens do rio Acre, uma pequena cidade

Nos anos 1940, Rio Branco já era a capital e a maior cidade do Território Federal do Acre. Apesar de ocupar essa posição política e econômica privilegiada em relação às outras seis cidades acreanas existentes na época, Rio Branco ainda era uma cidade pequena, com apenas 16.038 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quando os pais de Eva Evangelista chegaram, a cidade ocupava estreitas faixas de terra às margens do rio Acre. Na margem direita, conhecida como 2º Distrito, estava a parte mais antiga, comprimida entre o rio e terras alagáveis (os chamados “igapós”). Nessa área, destacavam-se a rua do Comércio (hoje Calçada da Gameleira), a rua 06 de Agosto (bairro África) e o Boulevard Augusto Monteiro (bairro Quinze). O centro concentrava o comércio e os serviços, enquanto os bairros África e Quinze eram predominantemente residenciais.

Já na margem esquerda do rio, entre a própria margem e a avenida Ceará, localizava-se a “cidade oficial”, planejada com um traçado cartesiano. Ali estavam a sede do governo territorial, a residência do bispo, as principais repartições públicas e as casas das famílias mais influentes, tanto política quanto economicamente. Entretanto, a expansão da cidade era limitada: ao norte da avenida Ceará ficavam as terras remanescentes do antigo Seringal Empresa, subdivididas em pequenos arrendamentos privados.

Assim, Rio Branco era uma cidade territorialmente restrita e socialmente dividida. De um lado, a cidade oficial, ocupada pela elite dirigente; do outro, a cidade original, onde se concentravam o comércio e os trabalhadores. Ligando os dois lados, havia apenas as “catraias” – canoas a remo que serviam como o primeiro transporte urbano de Rio Branco.



Porto da Tamarineira junto ao RexBar, no 2º Distrito de Rio Branco, na década de 1950. Fonte: Acervo DPHC - FEM



Comércio da Rua 17 de Novembro, em Rio Branco, na década de 1930. Fonte: Acervo Museu da Borracha / DPHC - FEM



Vista panorâmica do porto de Rio Branco, em 1948. Foto: Cirisan. Fonte: Acervo DPHC - FEM

No entanto, em meados da década de 1940, a cidade começou a passar por grandes transformações. Um marco desse período foi a criação da Rádio Difusora Acreana, em 1944. Além disso, todo o território estava agitado pelas perspectivas trazidas pela “Batalha da Borracha”, que reativou os seringais acreanos, decadentes desde a década de 1920. Havia um clima de otimismo e esperança. Será que os tempos de prosperidade do 1º Ciclo da Borracha estavam de volta? Quem sabe? Sonhar não custava nada.

E havia motivos para a animação. Multidões começaram a chegar ao Acre, vindas pelos rios, para trabalhar na extração de borracha, acreditando que iriam “encher a burra de dinheiro”, como na época áurea do primeiro ciclo. Alguns, no entanto, especialmente aqueles com ofícios técnicos especializados, decidiram não seguir para os seringais e preferiram se estabelecer nas cidades amazônicas pelo caminho. Foi o caso da família de Eva Evangelista, que escolheu permanecer em Rio Branco. O pai de Eva, com habilidade para trabalhar com madeira em construções, encontrou ali uma oportunidade de criar raízes e sustentar sua família.



Estudantes desfilando na Avenida Getúlio Vargas, em Rio Branco, em 07 de setembro de 1949. Foto: Cirisan. Fonte: Acervo DPHC - FEM



Vista parcial da Praça Rodrigues Alves, em Rio Branco, na década de 1950. Foto: Araújo. Fonte: Acervo José Leite



Praça Eurico Dutra, vista do Palácio Rio Branco, na década de 1950. Foto: Araújo. Fonte: Acervo DPHC - FEM



“Era um lar abençoado, repleto de amor, sabores e histórias, que até hoje trago comigo com saudade e gratidão.”

Eva Evangelista, com um ano de idade.
Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista



Memórias de uma Infância abençoada na Estação Experimental

Lembro-me da nossa casa na Estação Experimental, que hoje é conhecida como bairro Tangará. Era uma casa alta, construída sobre barrotes de madeira. Essa característica tinha um significado especial, pois, no Acre, as casas eram tradicionalmente erguidas assim, principalmente nas margens dos rios, para proteger-se tanto das enchentes quanto dos animais selvagens. No caso da nossa casa, embora o bairro Estação Experimental não sofresse com cheias, a elevação era necessária devido aos animais, já que o local, naquela época, era uma área rural.

A Estação Experimental, em si, era um centro de pesquisa agrícola. Esse ambiente deixou memórias marcantes, especialmente por causa dos meus tios maternos, Luiz Silvério Paz e João Silvério Sobrinho, cearenses, recrutados como soldados da borracha, agricultores, sendo o segundo um técnico agrícola forjado na prática do então Centro de Pesquisas da Estação Experimental. Recordo-me com clareza do seu cultivo de tomates e do sumo desses frutos, que fazia parte da minha alimentação na infância.

Posso dizer que tive uma infância feliz. Fui muito amada e cuidada pelos meus pais. Minha mãe, dona de casa, era uma cozinheira de mão cheia. Jamais esquecerei o sabor dos cozidos de carne que ela preparava ou dos bolos de macaxeira e milho que saíam de suas mãos. Também me recordo das pamonhas e canjicas, além da casa de farinha e do moedor de cana manual. Tudo que ela fazia era delicioso. Nossa casa ficava ao lado da serraria do meu pai, e os empregados frequentemente se juntavam a nós para as refeições. Minha mãe, com aquele espírito acolhedor e generoso do nordestino, que herdei dela, costumava dizer: “Ninguém aqui em casa pode sair sem comer.”

Nossa mesa era sempre farta. Lembro-me das galinhas e porcos que minha mãe criava, assim como das poucas cabeças de gado que tínhamos, das vacas leiteiras, de ir tomar leite na ordenha. Era um lar abençoado, repleto de amor, sabores e histórias, que até hoje trago comigo com saudade e gratidão.



Eva Evangelista em sua Primeira Comunhão, aos oito anos de idade. Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.



A última estação antes de Sena Madureira

Quem pensa no bairro Estação Experimental hoje em dia, dificilmente imagina como era essa área no final da década de 1940. Atualmente, a Estação fica a apenas dez minutos de carro do centro da cidade, uma realidade totalmente diferente daquela vivida pela menina Eva na sua infância, quando a Estação Experimental era muito distante do centro.

Em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Acordos de Washington perderam sua relevância. Os Estados Unidos voltaram a ter acesso à borracha cultivada, cessando o interesse pelos seringais amazônicos. Os soldados da borracha que sobreviveram foram abandonados à própria sorte pelo governo brasileiro, sem receber os direitos prometidos pela propaganda oficial. Apesar da decadência dos seringais, o governo do Território Federal do Acre passou a mostrar um dinamismo inédito.

Entre 1946 e 1950, Rio Branco foi a principal beneficiada pelos investimentos do governo territorial, começando pela expansão de sua área urbana através da desapropriação das terras do antigo Seringal Empreza, ao norte da avenida Ceará, que restringia o crescimento da cidade. Em resposta à nova crise do extrativismo e para evitar a migração em massa dos soldados da borracha, foram criadas diversas colônias agrícolas em áreas distantes da zona urbana, acompanhadas de uma série de equipamentos públicos para apoiar o desenvolvimento dessas colônias.



Plantação de milho da colônia agrícola Estação Experimental, em Rio Branco. Foto: Cirisan.
Fonte: Acervo CDIH - UFAC



Foram implementados o Aviário, para fornecer galinhas, patos e outros pequenos animais; a Fazenda Sobral, para a criação e fornecimento de equinos, bovinos e bubalinos aos colonos; e a Estação Experimental, que desenvolvia sementes de grãos e hortaliças adaptadas à região, essenciais para a viabilização da agricultura nas colônias. Além disso, foram criados diversos outros equipamentos como escolas, postos de saúde e núcleos mecanizados.

A Estação Experimental foi implantada no prolongamento projetado da Avenida Ceará, conectando-a ao centro da cidade e à futura Rua Nações Unidas, que partiria da Zona Ampliada a ser gradualmente urbanizada. No início da década de 1950, a Estação Experimental era mais uma comunidade rural do que um bairro da cidade, situada a um dia inteiro de viagem do centro. Um pequeno aglomerado urbano que, por muitos anos, serviu como ponto de parada e pernoite obrigatório para aqueles que viajavam até Sena Madureira pela sinuosa e não pavimentada estrada Lobão. Uma jornada que, na época da seca, demorava muitos dias e se tornava quase impossível durante o período chuvoso.



Serviços de terraplanagem das ruas Getúlio Vargas e Silvestre Coelho, década de 1950 - Relatório do gov. Luís Silvestre Coelho.
Fonte: Acervo DPHC – FEM



Sede da Colônia Agrícola Estação Experimental - Laboratório de Experimentos Agrícolas, 1948. Fonte: Acervo CDIH - UFAC



As lições de vida que moldaram meu futuro



Eva Evangelista na época em que estudava no Colégio Acreano, aos 12 anos de idade.
Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.

Minha infância foi marcada por aprendizados valiosos que moldaram minha trajetória. Lembro que, por volta dos cinco anos, minha mãe me ensinou a depar galinhas. Ela dizia: “Você precisa aprender, porque mesmo que tenha empregados, tem que saber fazer.” Aprendi como tratar uma galinha, mas não desenvolvi muito essa habilidade porque minha mãe fazia questão de que eu estudasse. Foi ela quem me ensinou a ler, usando blocos de papel de embrulho, um tipo de papel cinza usado para mercadorias. Ela sombreava as letras com um grampo de cabelo e eu as cobria, uma a uma, começando com o A e o B. Com isso, mesmo tendo estudado até o terceiro ano primário, ela foi minha primeira professora, uma mulher de sabedoria extraordinária. Sempre dizia: “Você vai estudar muito e ser independente.”

Recordo também da taberna do senhor Armando, que vendia de tudo um pouco e tinha uma geladeira, algo raro naquela época. Minha família não possuía geladeira, e eu adorava os picolés de forma que ele vendia. Esse lugar marcou minha infância com suas novidades.

Minha jornada escolar começou na Escola Rural Darcy Vargas. Minha primeira professora foi saudosa professora Hermínia, avó do Marcel Viana, dedicado e competente servidor efetivo do Tribunal de Justiça do Acre, assessor do desembargador Laudivon Nogueira. Naquele tempo, eu não tinha mochila, minha mãe fazia um “bisaquinho” de tecido, onde colocava minha merenda, geralmente frutas que tínhamos em casa, já

que não havia pão disponível. Mais tarde, com a chegada da padaria, conheci os pães doces que marcaram minha infância. Nunca mais, em lugar algum, encontrei um sabor igual ao daqueles pães.

Minha mãe era uma grande incentivadora dos meus estudos. Além de preparar minha merenda, vendia os ovos das galinhas que criava para pagar minhas aulas particulares com a professora Inês Camelo, que morava perto do local onde hoje fica a Associação Atlética Banco do Brasil (AABB). Ela dizia que essas aulas eram importantes para reforçar meu aprendizado. Meu pai também era um grande apoiador, mas com exigências claras: eu precisava ser a primeira aluna em tudo.

Logo depois, foi inaugurado o Grupo Escolar Neutel Maia. No ano seguinte, passei a estudar, sendo uma das primeiras alunas da nova instituição. A diretora na época era a professora Elvira Fontenele, e minha professora do terceiro ano, dona Jacira. Houve uma

classificação entre os alunos e, em certa ocasião, fiquei em terceiro lugar. Fiquei muito aflita com a ideia de contar ao meu pai, pois ele só aceitava que eu fosse a primeira. relatei isso à professora Jacira, que chamou meu pai e explicou a ele que eu não poderia ser a primeira sempre, mas que isso me motivaria a me dedicar ainda mais.

Minha rotina escolar envolvia uma caminhada da Estação Experimental até o Neutel Maia e, em dias de lama, meu pai me levava de carroça ou a cavalo. Lembro também das vezes em que meus pais me levavam ao Cine Teatro Recreio, momentos de diversão e cultura.

Para chegar ao Neutel Maia, importante a referência à Penitenciária Evaristo de Moraes. Seu diretor, Aluízio de Queiroz, autorizava dar carona para a “Evinha”. A penitenciária era, na verdade, uma Colônia Penal Agrícola, onde os internos trabalhavam, inclusive calçando as ruas da jovem cidade.



Construção do Grupo Escolar Neutel Maia, em Rio Branco, na década de 1950. Fonte: Acervo DPHC - FEM.



Fachada frontal do Grupo Escolar Neutel Maia, em Rio Branco, na década de 1950. Fonte: Acervo DPHC - FEM.

Depois do Grupo Escolar Neutel Maia, fui para o Colégio Acreano. Para ingressar no então chamado Ginásio, precisei passar por um exame de admissão, um momento de grande esforço e superação, mas consegui ser aprovada. Foi nessa época que meu pai decidiu que era hora de deixar a moradia da Estação Experimental para me proporcionar melhores condições de estudo. Ele vendeu nossa propriedade para meu tio Luiz e comprou outra casa em uma travessa sem saída, na rua Maranhão, próxima ao Neutel Maia. Essa mudança trouxe um novo capítulo em nossas vidas. Meu pai também mudou de atividade, deixando a madeira e começando a trabalhar com olaria, abastecendo Rio Branco com tijolos. Ele construiu uma casa confortável, com quartos para os filhos e o casal. Por tradição, as meninas ficavam no quarto do meio, protegidas, como havia sido na nossa primeira casa. Seu primeiro carro foi um jipe, depois um caminhão, sinal de sua prosperidade, que infelizmente foi interrompida por escolhas pessoais, que causaram muita dor a minha mãe e seus filhos.

Quando comecei a estudar no Colégio Acreano, sonhava em ser médica psiquiatra. Me destacava nas disciplinas e era muito estimada pelos colegas. Tinha especial apreço pelas ciências humanas, como Geografia e História, mas também era boa aluna em Matemática, Latim, Francês e Inglês. Antes de pensar em Medicina, cheguei a desejar ser engenheira agrônoma, influenciada por um vizinho que foi estudar na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Meu pai, contudo, dizia que Engenharia não era o caminho para mim.



Colônia Penal Agrícola, em Rio Branco, na década de 1940. Fonte: Acervo DPHC - FEM

Em 1963, concluí o curso ginásial, equivalente ao ensino fundamental. Como não havia ensino superior no Acre, as famílias mais abastadas enviavam seus filhos para outros estados. Embora minha família não estivesse incluída entre as consideradas abastadas, meus pais, confiando no meu potencial, fizeram um esforço para eu me preparar para um curso superior. Por isso, meu pai permitiu que eu fosse para São Paulo, morar com meu tio Geraldo e sua esposa, tia Celsina, no bairro Santo Amaro. Fui para cursar o Científico, necessário para áreas como medicina e engenharia. Meu primeiro colégio foi o Madre Cabrini, na Vila Mariana, um colégio administrado por freiras. Usávamos um uniforme bonito, que me marcou profundamente. Lá, conheci pessoas de diferentes origens — japoneses, alemães, portugueses — vivendo uma experiência que ampliou meus horizontes de uma menina do Acre. Em seguida, fui estudar no Colégio 12 de Outubro, que ficava no bairro Santo Amaro, e, portanto, mais próximo a casa de meus tios.



Alunas em formatura no Colégio Madre Cabrini, em São Paulo.
Fonte: <https://www.madrecabrini.com.br/>



Fachada do Colégio Madre Cabrini,
na Vila Mariana, em São Paulo. Fonte:
<http://www.madrecabrini.com.br/>

Perto ou longe, desafios da educação acreana

Historicamente, um dos grandes desafios enfrentados pelas famílias acreanas foi a grave deficiência, ou completa ausência, de educação formal para a população. Essa realidade afetava tanto áreas rurais quanto urbanas, especialmente as camadas mais pobres da sociedade.

Durante o 1º Ciclo da Borracha (1870-1912), período de auge e opulência dos seringais amazônicos, tornou-se comum que os abastados seringalistas enviassem seus filhos para estudar em grandes cidades como Manaus, Belém, Rio de Janeiro, ou até mesmo no exterior. Um dos obstáculos enfrentados pelo presidente da República do Acre, Luís Galvez, foi a resistência dos coronéis da borracha à criação de escolas fluviais para alfabetizar crianças e adultos nos seringais. Ensinar a ler e escrever aos seringueiros era visto como algo que tiraria tempo da produção da borracha e dificultaria a administração das contas nos barracões de mercadorias, já que com educação ficaria mais difícil aumentar o déficit dos seringueiros e mantê-los presos aos seringais.



Escola Rural Monte Castelo, Colônia Apolônio Sales, em Rio Branco, em 1948. Fonte: Acervo CDIH - UFAC



Escola Rural Pimentel Gomes, na Colônia São Francisco, em Rio Branco, em 1948. Fonte: Acervo CDIH - UFAC

Com a criação do Território Federal do Acre, em 1904, a situação pouco mudou. As longas distâncias a serem percorridas pelos rios ou trilhas na floresta, a falta de recursos financeiros para criar e manter escolas, e o pouco compromisso das autoridades territoriais com as reais necessidades da população, perpetuaram essa situação por décadas. Somente após a Batalha da Borracha (1942-1945) o governo territorial começou a construir diversas escolas rurais e urbanas em todo o território. A organização do ensino público pela professora Maria Angélica de Castro impulsionou a solução desse grave problema estrutural do Acre.

Por isso, durante todo esse período, e por muitos anos ainda, a maioria das crianças era alfabetizada em casa, pelas próprias famílias.



Escola Maria Angélica de Castro, rua 24 de Janeiro, 2º Distrito de Rio Branco, na década de 1940. Foto: Cirisan. Fonte: Acervo CDIH - UFAC

Do científico ao Direito: uma jornada de mudanças e superação

Foi no mês de setembro de 1963 que recebi uma carta da minha mãe, e suas palavras me perturbaram profundamente. Ela relatava que meu pai havia saído de casa, e a partir desse momento, sua vida começou a se desestruturar. Ele começou a vender todos os seus bens, traído pelos próprios sentimentos. Eu tinha apenas 15 anos e estava em São Paulo, uma cidade cosmopolita onde morava com meu tio paterno Geraldo e sua esposa Celsina, uma mulher extraordinária. As saudades eram demasiadas e, na verdade, eu adoraria viver com meus pais e irmãos. No entanto, as notícias vindas de casa mexeram muito comigo, afetando até meus estudos. Acabei ficando em segunda chamada em Física.

No final do ano, meu pai foi a São Paulo me buscar e anunciou: “Você vai voltar para o Acre, porque a faculdade de Direito foi criada e você vai ser advogada.” Essa decisão foi um reflexo do sonho dele, que não conseguiu realizar. Lembro de encontrá-lo, certa vez, lendo um livro de Direito Penal, guardado em uma gaveta com chave, um símbolo do desejo que ele tinha por essa carreira.



Construção do Grupo Escolar Neutel Maia, década de 50 (Acervo DPHC-FEM).

A separação dos meus pais foi uma situação delicada. Meu pai continuava a dormir em casa, mas não permanecia lá. Minha mãe, como era comum na época, sustentava essa situação por amor à família, pois separações eram malvistas. Apesar disso, ele manteve uma relação próxima com os filhos. Sempre entendi que ele foi, em parte, vítima de si mesmo.

Quando eu retornei ao Acre, o científico passou a ser oferecido e eu resolvi repetir o primeiro ano. Ao mesmo tempo, cursava o segundo ano na Escola Normal Lourenço Filho. Enquanto isso, estagiei no Banco da Amazônia e me preparei para o vestibular de Direito. Em 1965, ingressei na quarta turma do Centro de Estudos Jurídicos, criado por lei estadual de iniciativa do então deputado estadual Omar Sabino de Paula. Concluí o curso em 1972, após cinco anos intensos. Eu era a aluna mais jovem da turma.



Avenida Getúlio Vargas e Instituto Lourenço Filho, década de 50. Fonte: Acervo DPHC-FEM.



Durante a faculdade, comecei a trabalhar na Câmara Municipal, graças ao apoio do presidente Antônio Madeira de Matos, que era meu padrinho. Meu chefe era Arthur Castilhos, um paranaense exigente com o vernáculo, onde fui redatora de atas e revisora de arquivos, sempre buscando aprender o máximo possível. Também fui professora de Português e História, mas descobri que não tinha vocação para alfabetização, após uma breve experiência no Neutel Maia.

A turma de Direito tinha mais homens do que mulheres. Entre vinte alunos, éramos apenas seis mulheres, incluindo eu. De professoras, havia apenas a doutora Yacult Ayache, que lecionava Direito das Sucessões e, mais tarde, foi minha chefe no Departamento de Direito da UFAC. Tive o privilégio de ser aluna de professores excepcionais, muitos deles desembargadores e juízes, como os desembargadores Carlos Alves Cravo, Paulo Polly Nepomuceno, Lourival Marques, Jader Barros Eiras, Fernando de Oliveira Conde, Adauto Brito da Frota, Aluizio Maia e Jorge Araken Faria da Silva. Este último dizia que eu havia sido sua única aluna nota dez. Também fui aluna do juiz federal Ilmar Nascimento Galvão, que posteriormente se tornou ministro do Tribunal Regional Federal de Recurso (TRF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, por fim, do Superior Tribunal Federal (STF). Faço questão de lembrar Terezinha Lavocart Galvão, esposa do ministro Ilmar Galvão, que foi a primeira defensora pública do estado do Acre, integrante do Ministério Público, e depois promotora de Justiça do Distrito Federal e procuradora de Justiça, um dos meus grandes exemplos como mulher, profissional e família.

Nossa faculdade ficava no local onde era a sede do Banco do Estado do Acre (Bananacre), hoje ocupado pela Secretaria de Estado de Saúde. Apesar das dificuldades financeiras, sempre me esforcei para acompanhar os colegas. A formatura foi um momento inesquecível. A desembargadora Miracele Borges integrou a comissão organizadora, e o paraninfo, desembargador Jorge Araken Faria da Silva, fez um discurso marcante de quase três horas. Foi uma celebração extraordinária, que deixou minha família muito orgulhosa.

Ainda durante a faculdade, trabalhei como servidora requisitada da Câmara Municipal na recém-instalada Justiça Federal no Acre, com o então juiz federal Ilmar Nascimento Galvão e com a diretora da Justiça Federal Nely Cruz, com quem aprendi lições preciosas que carregaria ao longo de toda a minha vida profissional.



Eva Evangelista em sua foto de formatura como bacharel em Direito, em 1972.
Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.

Mestres e incentivadores de profissão



Des. Carlos Alves Cravo



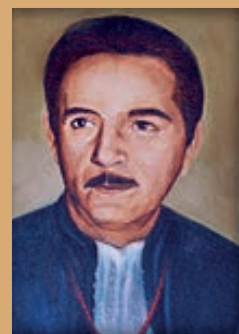
Des. Paulo Polly
Nepomuceno



Des. Lourival Marques de
Oliveira



Des. Jäder Barros Eiras



Des. Fernando de
Oliveira Conde



Des. Jorge Araken Faria
da Silva



Ilmar Nascimento Galvão

Fonte: Acervo TJAC.



A Busca por autonomia e a Faculdade de Direito

Se a situação da educação pública no Território do Acre já era problemática, a do ensino superior era ainda pior. Até o início da década de 1960, não havia nenhum estabelecimento de ensino superior no Acre, o que causava grandes problemas em diversos setores econômicos e nos serviços essenciais para a população.

Esse cenário começou a mudar efetivamente com a transformação do Território Federal do Acre em Estado autônomo, em 1962. Durante a elaboração da primeira Constituição do Acre, em 1963, foi prevista a criação de uma universidade no estado. Devido aos recorrentes problemas de falta de advogados para atender à população e ocupar cargos de juízes e promotores, a ideia inicial foi criar uma Faculdade de Direito, que depois seria expandida para outros cursos.



Antigo Grupo Escolar 1º de Maio, depois Faculdade de Direito do Acre. Foto: Acervo pessoal Agenor Mariano

Em 1964, o projeto de lei para a criação da Faculdade de Direito foi aprovado pela Assembleia Legislativa, o que gerou uma intensa mobilização de magistrados e profissionais do judiciário. Personagens como Jersey Nazareno de Brito Nunes, Lourival Marques, Fernando Conde, deputado Omar Sabino e bispo Dom Giocondo se reuniram para organizar e fazer funcionar a pioneira Faculdade de Direito, inaugurada em 1965. Para facilitar o acesso dos estudantes acreanos à faculdade, foi criado também um curso pré-vestibular.

A criação dessa instituição permitiu que muitos jovens acreanos se formassem e ingressassem no Poder Judiciário, mudando completamente o perfil dos novos juízes e advogados no estado. Alguns anos depois, essa Faculdade de Direito foi transformada na Universidade Federal do Acre, com a criação de diversos outros cursos universitários. Até hoje, essa universidade é a principal instituição de ensino superior do estado e responsável pela formação profissional dos jovens acreanos.



Colação de Grau da 1ª turma de bacharéis em Direito, 1971, no salão nobre da Escola Normal Lourenço Filho. Fonte: Acervo UFAC

Meus primeiros passos na advocacia e na magistratura

Enquanto ainda estava estudando, participei do meu primeiro concurso para servidora do estado do Acre, para o cargo de escrevente juramentada. Minha função principal era datilografar as audiências. Meu primeiro chefe foi o então juiz de Direito Lourival Marques, um mentor exigente que me ensinou muito. A seu pedido, refiz um ofício oito vezes, e quando perguntei o motivo, respondeu: “É para você aprender. Quanto mais fizer, melhor será. E, também, para você aprender disciplina.” Seu rigor me marcou profundamente, e embora meu desejo fosse ser escrivã, essa experiência foi essencial para meu crescimento profissional.



Servidoras administrativas do TJAC.
Fonte: Acervo TJAC.

Com meu primeiro salário, realizei sonhos simples, mas significativos. Comprei uma coleção de músicas clássicas, cortinas para a casa, presentes para minha mãe, tecidos para fazer vestidos e uma vitrola. Lembro bem dos discos feitos de cera de carnaúba, tão característicos da época. Ainda criança, quando os absorventes começaram a surgir, minha mãe me deu uma lição que nunca esqueci: “Minha filha, você não vai pedir dinheiro a homem nenhum para comprar ‘modess’.” Minha mãe foi a primeira feminista que conheci, uma mulher de uma formação maravilhosa e valores sólidos.

Aos 18 anos, casei-me pela primeira vez e, nesse casamento, tive duas filhas: Gilcely e Giuliana. A Gilcely, que hoje é procuradora de Justiça, me acompanhava à faculdade. Colocava-a ao meu lado nas cadeiras duplas, e ela ficava quietinha enquanto eu assistia às aulas. No entanto, o cotidiano de conflitos entre meus pais, que tanto me angustiava, despertou em mim o desejo de liberdade e de seguir meu próprio caminho. Esse casamento, embora não tenha durado, me trouxe duas grandes bênçãos da minha vida: minhas duas filhas.

Enquanto eu ainda estava na faculdade, minha mãe adoeceu gravemente. Acho que tudo o que ela passou, somado às condições adversas da viagem para o Acre, contribuiu para isso. Em um momento de grande fragilidade, ela sugeriu que eu parasse de estudar, pois considerava o sacrifício pesado demais: trabalhar dois turnos, estudar à noite e ainda cuidar de duas filhas pequenas. Apesar de sua preocupação, eu não desisti. Dona Ziza Castelo, mãe da desembargadora Denise Bonfim, foi uma grande incentivadora nesse período difícil, ajudando-me a manter o foco e a seguir em frente.

Eva Evangelista com suas filhas Gilcely, assoprando a vela do bolo, e Giuliana, em seu colo, em Sena Madureira, em 1975.

Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.



Eva Evangelista (primeira da direita para esquerda) na época em que atuava como escrevente juramentada, seu primeiro concurso no Tribunal de Justiça do Acre. Fonte: Acervo TJAC.

Do desquite ao divórcio, uma conquista essencial

Hoje pode parecer algo corriqueiro, mas é essencial recordar que foram necessários quase dois séculos para que as mulheres brasileiras conquistassem o direito ao divórcio e pudessem romper as barreiras moralistas e religiosas que, por tanto tempo, limitaram a liberdade dos cidadãos, especialmente das mulheres.

Durante o período imperial (1822-1889), o casamento seguia rigorosamente os preceitos da Igreja Católica, que o considerava um sacramento indissolúvel. Em 1827, um decreto regulamentou o casamento civil, mas ainda atrelado aos critérios eclesiásticos. Apenas em 1861, o Decreto nº 1.144 passou a permitir o registro civil de casamentos, nascimentos e óbitos para pessoas de outras religiões. Esse avanço, embora parcial, representou um passo importante para a separação entre Igreja e Estado.

Com a Proclamação da República, em 1889, o casamento civil tornou-se obrigatório e desvinculado de cerimônias religiosas. Contudo, a dissolução de casamentos permaneceu restrita, encerrando apenas a sociedade conjugal, sem romper o vínculo matrimonial. Em 1916, com a aprovação do Código Civil, foi instituído o desquite, que dissolvia a sociedade conjugal, mas mantinha o casamento como indissolúvel. Assim, casais desquitados não podiam formalizar novas uniões, e os filhos de relacionamentos subsequentes eram considerados ilegítimos. Esse contexto alimentava preconceitos e discriminações, sobretudo contra as mulheres, que enfrentavam as maiores pressões e penalidades sociais.

As constituições que sucederam, até a de 1967, preservaram o casamento como indissolúvel. A sociedade antidivorcista da época, sustentada por fundamentos religiosos, reforçava a ideia de que “até que a morte os separe” era o único desfecho aceitável para um matrimônio. Na década de 1970, porém, iniciou-se uma mudança de perspectiva, com intensos debates envolvendo o divórcio. Finalmente, em 1977, a Emenda Constitucional nº 9, proposta pelo senador Nelson Carneiro, foi aprovada, permitindo a dissolução total do vínculo matrimonial e autorizando um novo casamento, ainda que limitado a uma única vez. Esse marco histórico enfrentou resistências conservadoras e consolidou o divórcio como um direito amparado pelo Estado.



Em 1977, senador Nelson Carneiro recebe apoio a projeto sobre divórcio, no Congresso Nacional. Fonte: <https://www12.senado.leg.br>



A Constituição de 1988 trouxe avanços significativos, como a possibilidade do divórcio direto, que reduziu os prazos para a dissolução do vínculo matrimonial. Além disso, passou a reconhecer outras formas de constituição familiar, como a união estável, ampliando os horizontes dos direitos de família. Posteriormente, novas legislações fortaleceram a autonomia dos cidadãos na decisão de encerrar seus vínculos matrimoniais, em respeito às liberdades individuais.

Assim, a conquista do divórcio no Brasil – desde os enfrentamentos com uma sociedade patriarcal até o modelo simplificado e extrajudicial atual – é um marco de emancipação e transformação social. Essa trajetória reflete o compromisso com uma sociedade mais plural e igualitária, onde os direitos individuais são valorizados e protegidos.

Sessão solene da Câmara dos Deputados para a promulgação da Constituição de 1988. Fonte: Agência Brasil

O Incra e a construção de uma base sólida

Após concluir a faculdade, participei de uma seleção para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O processo foi conduzido pelo sociólogo e advogado Amir Lando, que era responsável pela Superintendência Regional 14, abrangendo o Acre e Rondônia. Era o período da reforma agrária, um tema desafiador e de grande relevância. Durante a seleção, além de perguntas sobre Direito, poder de polícia e justiça, me questionou se eu aceitaria trabalhar em Lábrea ou Boca do Acre, no Amazonas. Sem hesitar, respondi que sim. Sempre acreditei que a necessidade é o que move as pessoas e eu estava disposta a enfrentar o desafio.

Deixei o cargo de servidora concursada do TJAC para assumir a função de advogada do Incra, atuando diretamente nas questões fundiárias do estado do Acre. Trabalhei com a reforma agrária, a discriminação de terras e os conflitos fundiários da região. Foram dois anos intensos e enriquecedores, que me proporcionaram um profundo conhecimento do território acreano.

Nesse período, assumi a chefia do Grupamento de Discriminação de Terras. Essa responsabilidade exigia que eu conhecesse detalhadamente cada imóvel, sua história e registros, desde a primeira matrícula. Muitos desses registros eram provenientes de títulos bolivianos, amazonenses ou peruanos. Cada livro, grande e pesado, estava repleto de histórias e documentos que precisei estudar. Naquele tempo, o trabalho era feito em mimeógrafos, o que tornava tudo ainda mais desafiador.

Participei de um curso de capacitação para servidores do Incra de todo o Brasil, realizado em Brasília. Essa experiência foi essencial, pois, até então, as universidades não ofereciam disciplinas específicas sobre registros públicos e Direito Agrário.



A complexa questão fundiária acreana e o Incra

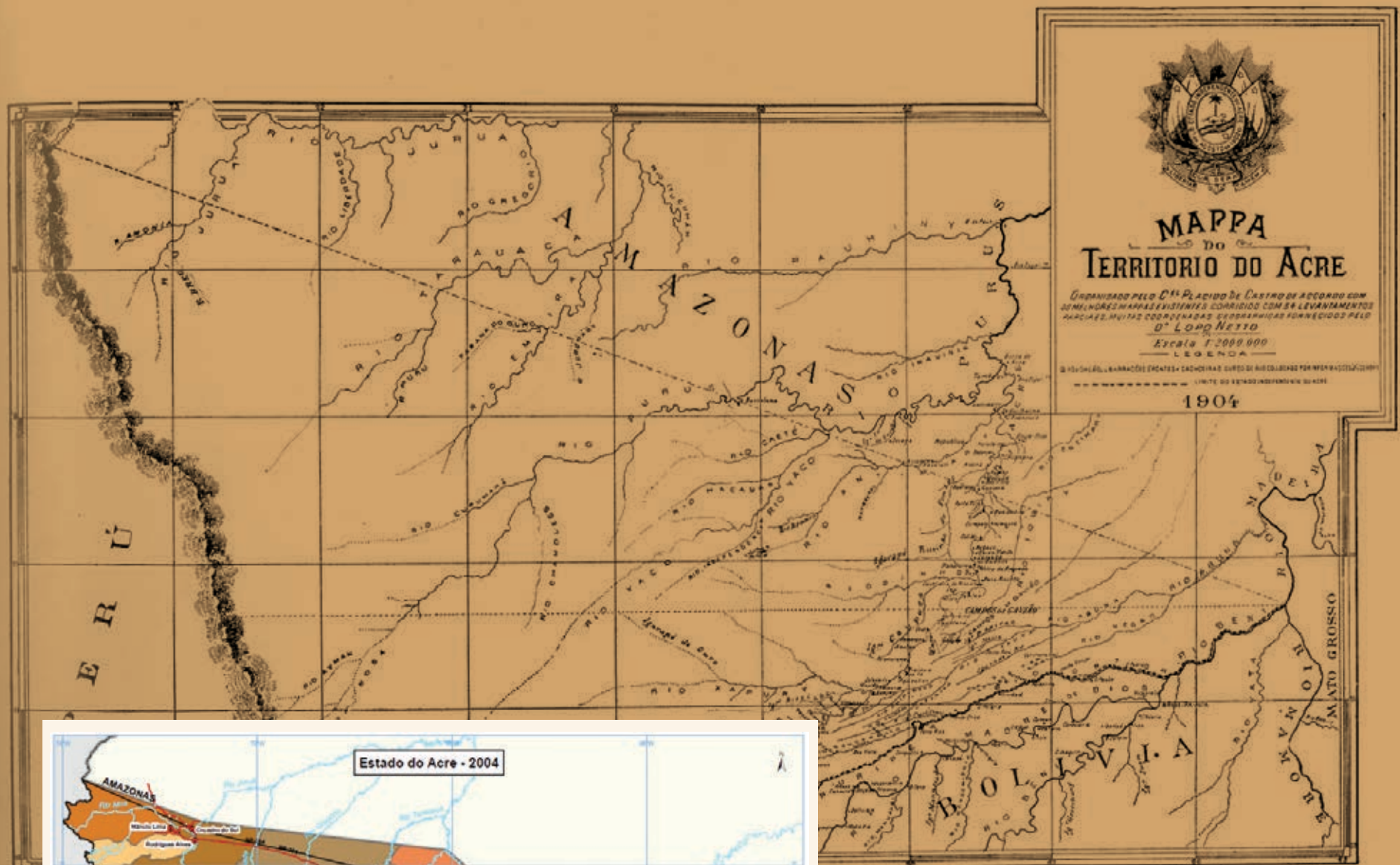
Devido à sua conturbada história de formação, o Acre possui uma das questões fundiárias mais complexas do país. Durante décadas, as terras acreanas foram territórios internacionalmente contestados, resultando numa sobreposição singular de titulação legal.

No século XIX, a região que se tornaria o Acre era exclusivamente território indígena, onde diversos povos construíram culturas originais e modos de vida milenares. Durante as duas primeiras décadas da ocupação não-indígena (1880-1899), a invasão dos seringais ocorreu sem a demarcação das fronteiras entre Brasil, Bolívia e Peru, permitindo que a província do Amazonas e os governos das repúblicas vizinhas simultaneamente emitissem títulos de propriedade sobre essas terras.

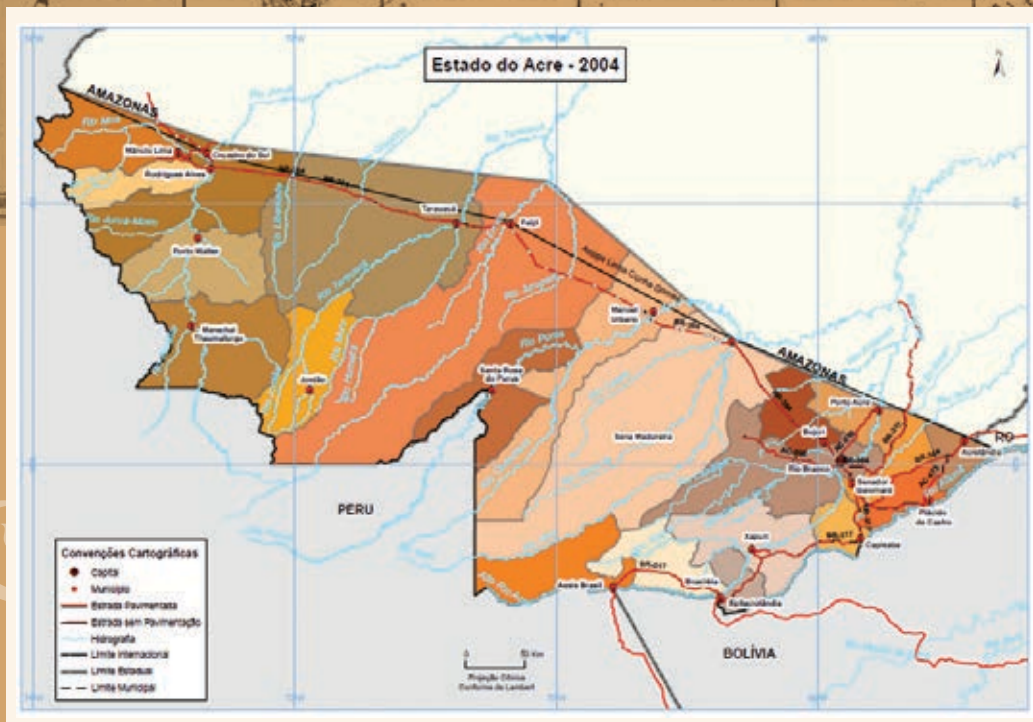
Com a eclosão da Guerra do Acre (1899-1904), também conhecida como “Revolução Acreana”, a já confusa situação fundiária piorou. Os governos provisórios revolucionários também passaram a emitir títulos de propriedade na região, resultando em enormes sobreposições de áreas. Um mesmo seringal podia ter vários títulos com limites divergentes, uma condição singular que permaneceu sem solução efetiva por décadas, mesmo após a anexação do Acre ao Brasil e a regularização das fronteiras internacionais através dos tratados de Petrópolis (com a Bolívia, em 1903) e do Rio de Janeiro (com o Peru, em 1909).

Essa era a situação fundiária acreana quando o governo militar criou, em 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para executar sua política agrária no país, visando expandir a fronteira agropecuária. A instalação do Incra no Acre foi estratégica para a implantação de diversos programas oficiais do governo federal no estado, tais como: Programa de Integração Nacional (PIN) em 1970, Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra) em 1971, e Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) em 1974, entre outros. Esses programas resultaram em graves conflitos sociais e fundiários, mudando definitivamente a configuração da sociedade acreana.





Mapa do Território do Acre elaborado por Plácido de Castro, 1904. Fonte: FALCÃO, 1988.



Mapa do Estado do Acre, um século após a anexação ao Brasil, 2004. Fonte: FUNTAC, 2008.



Eva Evangelista na época em que atuava como Juíza de Direito em Sena Madureira, em 1978.
Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.



“Foi o começo de uma história de dedicação e serviço à Justiça no Acre.”

O meu início na magistratura: um caminho inesperado

Anos depois de formada, foram meus professores, desembargadores do Tribunal de Justiça, que me incentivaram a ingressar na magistratura. Entre eles, o desembargador Jorge Araken Faria da Silva, então presidente do Tribunal de Justiça, teve um papel decisivo: ele praticamente me inscreveu no concurso para o cargo de juiz substituto temporário. Naquele tempo, a magistratura no Acre era pouco atrativa. Os salários eram reduzidos e a maioria dos meus colegas de faculdade preferiu seguir carreiras como bancários ou funcionários públicos federais, que ofereciam remuneração mais vantajosa.

Curiosamente, ser juíza nunca fora meu plano. Quando o desembargador Jorge Araken Faria da Silva, meu professor de Direito Processual Civil e paraninfo da nossa turma de 1972, perguntou, em uma enquete, sobre nossas aspirações, eu respondi que desejava ser escritã. Na época, eu trabalhava como escrevente juramentada e via nesse caminho a realização profissional.

No entanto, devo ao apoio e à confiança de grandes mestres minha mudança de rumo. Além do desembargador Jorge Araken Faria da Silva, tive o incentivo de outros professores notáveis, como Lourival Marques de Oliveira, Ilmar Nascimento Galvão, Carlos Alves Cravo e Jáder Barros Eiras. Eles identificaram em mim uma vocação para a magistratura que eu mesma ainda não enxergara. Com suas palavras de encorajamento, decidiram que eu deveria participar do concurso de títulos para o cargo de 1º Juiz Substituto Temporário da 1ª Seção Judiciária do Estado do Acre.

Pelo Decreto Governamental de 24 de abril de 1975, fui nomeada para a função de juíza substituta e em 2 de junho do mesmo ano fui designada para atuar na Comarca de Sena Madureira. Essa designação marcou o início de uma jornada que, embora inesperada, tornou-se um dos capítulos mais importantes e significativos da minha vida profissional. O começo de uma história de dedicação e serviço à Justiça no Acre.



Poder Judiciário Territorial e Justiça do Estado

Durante o período em que o Acre foi um Território Federal, administrado por governantes nomeados pela presidência da República no Rio de Janeiro, sem Poder Legislativo próprio e atendido pela Justiça Federal, alguns problemas estruturais se tornaram crônicos. O funcionamento deficiente do Poder Judiciário durante os 58 anos de existência do Território (1904-1962) é um exemplo significativo.

Entre 1904 e 1917, houve quatro distintas organizações judiciárias, mas nenhuma delas foi efetiva em atender as necessidades da sociedade acreana. Os quadros do Poder Judiciário eram formados exclusivamente por juízes e promotores públicos oriundos de outras regiões do país, sem conhecimento prévio das características econômicas, políticas, sociais e culturais do Acre, o que frequentemente tornava a atuação desses magistrados inadequada frente à realidade local.

Inauguração do Palácio da Justiça, em Rio Branco, em 30 de abril de 1957.
Fonte: Acervo TJAC





Governador José Augusto de Araújo discursando na instalação do Tribunal de Justiça. Entre os presentes, estavam: desembargador Paulo Itamar; deputado Carlos Afonso Meixeira; Dom Giocondo Maria Gioti (então bispo da Prelazia do Alto Purus); desembargador Mario Strano. Fonte: Acervo CDIH - UFAC



Primeiros desembargadores do Pleno do Tribunal de Justiça do Acre. Da esquerda para a direita: Dr. Mario Strano, Dr. Paulo Ithamar Teixeira e Dr. José Lourenço. Fonte: Acervo TJAC

Além disso, o caráter autoritário do Poder Executivo Territorial foi usado em diversas ocasiões para confrontar e intimidar juízes e promotores, resultando na breve permanência de muitos deles no Território. Combinado às longas distâncias e à inexistência de transporte aéreo ou rodoviário entre as cidades acreanas e as localidades do interior, isso levava a um quadro de dificuldade na atuação do Poder Judiciário federal no Território. Nem mesmo a reforma do Judiciário em 1940 foi capaz de modificar essa situação.

Esse cenário só mudou verdadeiramente com a transformação do Território Federal do Acre em estado autônomo. Com a criação do Poder Judiciário estadual, efetivamente instalado em 1963, iniciou-se a formação de um quadro próprio de juízes e promotores acreanos, graças à instalação da Faculdade de Direito, mencionada anteriormente. Isso possibilitou a interiorização e a democratização do acesso à Justiça.



Minha jornada em Sena Madureira: desafios, transformações e justiça social



Eva Evangelista, na época em que atuava como juíza de Direito em Sena Madureira, em 1979. Na foto, está com seu filho Vinícius Menandro no colo, na “casa do juiz”, ao lado da Câmara Municipal.
Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.

Concorri para o cargo de juíza substituta temporária, uma função prevista na Constituição de 1946, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, com mandato de dois anos, prorrogável por mais dois e que não conferia as garantias constitucionais de um concurso público. Fui nomeada para a Comarca de Sena Madureira. Inicialmente, a juíza designada seria a professora Yacut Ayache, mas ela preferiu uma comarca mais próxima e desistiu. Aceitei o desafio e parti para Sena Madureira, marcando o início de um capítulo transformador da minha vida.

Minha filha Giuliana nascera no dia 24 de abril de 1975, e nessa ocasião dirigi meu próprio carro até a maternidade para o parto. Apesar dos desafios emocionais e familiares, sete dias depois de seu nascimento, vesti um terninho e um salto alto, subi as escadas do Palácio da Justiça e recebi minha nomeação como juíza substituta. Minha filha mais velha, Gilcely, com apenas sete anos, percebendo meus conflitos, me questionou: “Mãe, por que você não se separa? Não dá mais certo.” Esse momento foi decisivo para mim. Quando Giuliana tinha um pouco mais de um mês, decidi me desquitar, enfrentando o preconceito e a desaprovação de minha mãe. Iniciei uma nova fase, recomeçando a vida.

Quando Giuliana tinha um pouco mais de um mês, decidi me desquitar, enfrentando o preconceito e a desaprovação de minha mãe. Iniciei uma nova fase, recomeçando a vida.



Desfile cívico em Sena Madureira, em frente ao Colégio Santa Juliana, na década de 1970. Fonte: Acervo DPHC - FEM.

No dia 2 de junho de 1975, cheguei a Sena Madureira dirigindo meu chevete vermelho. A cidade me recebeu com um misto de desconfiança e acolhimento. Substituí o juiz anterior, Dr. Paulo Roberto Abreu de Oliveira, um homem admirado, mas que havia sofrido uma tragédia pessoal com a perda de sua filha em um acidente aéreo. Embora jovem, com apenas 25 anos, fui bem recebida pela população local.

Sena Madureira era uma cidade rica em tradições e história. Lá funcionou o primeiro Tribunal de Apelação do Ex-Território do Acre, em 1904. Apesar de simples, com apenas duas ruas calçadas, uma delas levando ao Fórum e outra à igreja, a cidade era organizada e marcada por uma cultura forte, herança do período áureo da borracha. As lojas locais ofereciam de tudo.

Minha adaptação não foi fácil. Não havia casa de juiz, e morei inicialmente na casa das freiras, no Bosque. A BR-364, que conectava Sena Madureira a Rio Branco, era uma estrada sem asfalto e a comunicação era limitada ao telégrafo. O acesso à cidade no período chuvoso muitas vezes dependia de táxi aéreo. Nessas condições difíceis, a falta de profissionais na magistratura se acentuava, devido aos poucos salários e à distância das comarcas. Eu e minha colega Miracele Borges, que assumiu em janeiro de 1978, frequentemente assumíamos jurisdições em várias comarcas simultaneamente, exercendo competências prorrogadas.



Eva Evangelista, em Sena Madureira, em 1979.
Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.

Apesar de minha condição de mulher em um ambiente predominantemente masculino, em geral, sempre fui tratada com respeito, consideração e até admiração pelos jurisdicionados, advogados e membros do Ministério Público. Minha abordagem cortês e profissional reforçava essa relação.

Em 22 de novembro de 1975, recebi a notícia do falecimento do meu pai, vítima de um acidente de carro, aos 52 anos. Ele representava muito para mim, e a perda representou um golpe difícil. Pouco tempo depois, considerando os desafios da magistratura e um convite atraente do Incra para trabalhar em Roraima, quase abandonei a carreira. Cheguei a viajar a Boa Vista, mas o desembargador Fernando de Oliveira Conde, então presidente do TJAC, aconselhou-me a tirar uma licença e descansar, antes de tomar qualquer decisão definitiva.



Em 1977, decidi dar um passo mais firme na carreira. Prestei o Concurso Público de Provas e Títulos, obtendo o primeiro lugar. Fui nomeada Juíza de Direito Titular da Comarca de Sena Madureira, em 26 de dezembro de 1977. Esse marco consolidou meu compromisso com a magistratura e com a missão com a Justiça do Acre.

Posse de Eva Evangelista como Juíza Titular de Direito da Comarca de Sena Madureira, em janeiro de 1978. Em pé, na frente de Eva, usando toga, o então presidente do TJAC, desembargador Fernando Conde. Fonte: Acervo TJAC.



Posse de Eva Evangelista como Juíza de Direito Titular da Comarca de Sena Madureira, em janeiro de 1978. Ao fundo, os então diretores do TJAC: de branco, Alberto Zaire, e de preto, Paulo Felipe Barbosa. Fonte: Acervo TJAC.

Sena Madureira, a capital que foi e que não foi

Sena Madureira, o terceiro município mais populoso do estado do Acre, sempre teve grande importância na história local. Originalmente, a cidade foi criada para ser a capital de uma das três prefeituras departamentais instaladas com a criação do Território Federal do Acre, em 1904.

Como capital do Departamento do Alto Purus, Sena Madureira tinha importância equivalente a Rio Branco (Departamento do Alto Acre) e Cruzeiro do Sul (Departamento do Alto Juruá). Tanto que, quando ocorreu a 1ª Revolta Autonomista em Cruzeiro do Sul, em 1910, havia a intenção de transformá-la na capital do novo estado, caso os anseios autonomistas fossem atendidos pelo governo federal. No entanto, a Revolta do Juruá foi violentamente reprimida pelas tropas federais e tudo continuou como antes.

Em 1912, foi a vez de Sena Madureira liderar uma nova revolta autonomista, fomentada pelo autoritarismo do governante nomeado pelo governo brasileiro. Isso levou à tomada do poder e, mais uma vez, à proposição de que o Território Federal do Acre fosse transformado em estado autônomo. Novamente, o poder foi retomado pela força, e o caso de Sena Madureira foi ainda mais dramático devido ao bombardeio da cidade por navios da Marinha brasileira que ali estavam.



Vista do porto de Sena Madureira e Rua do Comércio, em 1913, com grande influência arquitetônica sírio-libanesa. Fonte: Acervo Fiocruz.

O fracasso da 2ª Revolta Autonomista coincidiu dramaticamente com o fim da riqueza do 1º Ciclo da Borracha (1870-1912) e o início da longa decadência dos seringais, levando a uma profunda crise econômica em todo o território. Em resposta à crise da borracha, o governo brasileiro começou a preparar uma reforma administrativa para reduzir os gastos com a região. Em 1917, o governo federal instalou importantes repartições em Sena Madureira, como a Coletoria de Impostos Federais, a sede dos Correios e Telégrafos e o Tribunal de Apelação do Poder Judiciário no Território.

No entanto, ao promover a reforma administrativa de 1920, que extinguiu as prefeituras departamentais e centralizou o governo de todo o Território, a importância política e econômica do Vale do Rio Acre prevaleceu, e a capital unificada foi instalada em Rio Branco. Isso foi um golpe duro para a população de Sena Madureira, que aguardava ansiosamente que a cidade se tornasse a capital e principal cidade acreana. Mesmo com essa dolorosa derrota política, Sena Madureira nunca perdeu a altivez que conquistou nos primeiros anos do Território Federal do Acre e segue sendo, até hoje, a mais importante cidade dos Vales dos rios Purus e Iaco, além de ser a terceira maior do estado.

Membros da expedição Oswaldo Cruz nas ruas de Sena Madureira, em 1913. Fonte: Acervo Fiocruz





Turma de juízes de Direito que tomaram posse junto com Eva Evangelista, em janeiro de 1978. Da esquerda para a direita: os juízes de Direito Minervino Farias, Miracele Borges, Eva Evangelista e Jovino Luz. Fonte: Acervo TJAC



A época em Sena Madureira foi desafiadora e enriquecedora. Lidando com questões tão diversas, aprendi a equilibrar a firmeza da magistratura com a sensibilidade de quem acredita na transformação pela justiça.

Encontros, desafios e transformações em Sena Madureira

Em julho de 1977, durante meu trabalho na Comarca de Sena Madureira, conheci o Raimundo Menandro, meu atual esposo. Naquele dia, a porta do meu gabinete estava aberta, e eu podia ver quem entrava no corredor. Apareceu um rapaz alto, magro, usando calça boca de sino — uma moda da época —, e uma camisa azul com listras vinho. Esse detalhe ficou gravado na minha memória. Pensei: “Quem será?”. Toquei a sineta e a Osmira Albuquerque, servidora do Fórum, veio atender. Ela informou: “Ele quer falar com a senhora. É do Incra, executor do projeto de Assentamento Dirigido Novo Esperança”. Ele entrou no gabinete e explicou que vinha de Xapuri, sede do projeto, mas que passaria a residir em Sena Madureira. Gostei dele imediatamente, e ele revelou que estava sozinho. Respondi: “Eu também”. Depois, já casados, ele brincava comigo dizendo: “Você me deu uma cantada naquele dia”. Na ocasião, eu usava um vestido verde com flores amarelas, que disse que era horrível.

Algum tempo depois, o TJAC comprou a casa do juiz, localizada ao lado do Hotel Brana, onde ele estava hospedado. Um dia, enquanto ele estava sentado próximo à garagem, reconheci-o ao passar. Perguntei: “Você sabe jogar xadrez?”. Ele respondeu que sim. Convidei-o para jogarmos, mas naquela noite ninguém jogou xadrez. Foi ali que nosso vínculo se fortaleceu. Ele dizia que eu fui um sol em sua vida, e ele também trouxe luz e propósito para minha vida. Menandro tornou-se um pai amoroso para minhas filhas. Lembro-me dele levando Giuliana, com três anos, para a Escola Evangélica Ebenezer, e Gilcely, ao Instituto Santa Juliana.

Evany Evangelista (irmã), Eva Evangelista e Raimundo Menandro (esposos) na posse de Eva Evangelista como Juíza de Direito Titular da Comarca de Sena Madureira, em janeiro de 1978.
Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.





Eva Evangelista, em Sena Madureira, em fins da década de 1970. Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.



Eu era desquitada, o que era então um grande estigma. Após três meses de namoro, deixei claro ao Menandro que não queria ser uma eterna namorada. A situação era constrangedora, especialmente para uma mulher desquitada, juíza de Direito, que julgava causas de família, crianças e adolescentes, tempo de muito preconceito. No entanto, superamos essas barreiras e seguimos juntos. Em 1978, com a promulgação da Lei do Divórcio, graças ao senador Nelson Carneiro, finalmente nos casamos.

Nosso casamento civil foi celebrado pela desembargadora Miracele Borges, designada para a ocasião pelo desembargador Carlos Alves Cravo, então presidente do TJAC. Antes disso, tivemos um Chá de Panela memorável, organizado pela escritã do Fórum, Zeli Alves Sales da Costa e pela Osmira Albuquerque, além das mulheres de Sena Madureira, que foram extremamente acolhedoras e tantas outras pessoas que se empenharam nesse evento. O casamento religioso veio depois, em 1985, com a anulação do meu primeiro casamento, realizada no Tribunal Eclesiástico, com o apoio de Dom Moacir Grechi.



O casal Eva Evangelista e Raimundo Menandro, em Sena Madureira, em 1979, no aniversário de um ano de Vinicius Menandro. Na foto, também a filha do casal, Giuliana. Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.

Casamento religioso de Raimundo Menandro e Eva Evangelista, celebrado em 05.05.1985, na Igreja Imaculada Conceição, em Rio Branco, pelo bispo Dom Moacyr Grechi. Fonte: Acevo pessoal Eva Evangelista.

No meu trabalho como juíza, enfrentei questões diversas e, muitas vezes, desafiadoras. Meu primeiro contato com um caso envolvendo drogas foi o de um jovem de boa família, usuário de maconha. Naquela época, não se falava em tráfico. Também lidava com muitas questões de violência doméstica. Lembro de uma mulher que, anos depois, me agradeceu por ter dito ao ex-marido dela que, se ele voltasse a agredi-la, eu o prenderia. A violência doméstica já era uma realidade, e crimes contra a honra, como o homicídio de mulheres, eram admitidos e aceitos.

Um caso que me indignou profundamente foi de um marido, seringueiro, que, acreditando em boatos de traição, matou a esposa pelas costas, enquanto ela fazia o almoço. No júri, mesmo com três mulheres entre os jurados, ele foi absolvido. A defesa, conduzida por um advogado ad hoc, fez um discurso ofensivo, dizendo: “Quem de vós, senhores, quereis ser corno?”. Como presidente do júri, eu não poderia intervir na fala do advogado, mas o episódio me marcou. Hoje, com maior consciência sobre a violência de gênero, minha postura seria diferente.

Questões envolvendo menores também exigiam atenção. Frequentemente, eu mesma entrava em boates para retirar crianças e adolescentes, atuando com a polícia para proteger os menores. Era uma sociedade pequena, sem Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas economicamente estável. Problemas como drogas e crimes como roubo eram raros; os homicídios, geralmente, estavam ligados a brigas por bebida ou disputas passionais nos seringais.

Essa época em Sena Madureira foi enriquecedora. Lidando com questões tão diversas, aprendi a equilibrar a firmeza da magistratura com a sensibilidade de quem acredita na transformação pela justiça.



A juíza de Direito Eva Evangelista participando da solenidade do dia 25 de Março - Aniversário do município de Sena Madureira, em fins da década de 1970. Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.

Ser mulher nunca foi fácil – e ainda há muito pelo que lutar

Viver como mulher em uma sociedade ocidental sempre foi um desafio. O feminismo, como movimento que busca a igualdade, atravessa séculos de história, ainda que a desigualdade de gênero permaneça como uma das maiores batalhas do nosso tempo. Apesar de mulheres brilharem em diferentes contextos desde a Antiguidade, foi no final do século XVIII, em meio às transformações do Iluminismo, que o feminismo começou a ganhar forma como movimento coletivo.

Durante essa primeira onda feminista, vozes como a de Mary Wollstonecraft romperam o silêncio, exigindo direitos básicos como educação e cidadania. A partir daí, um clamor por justiça ecoou mundo afora, culminando na luta pelo voto feminino e por direitos civis fundamentais.

Décadas depois, nas efervescentes décadas de 1960 e 1970, o feminismo deu um passo adiante. Essa segunda onda ampliou as bandeiras de luta, abordando temas como igualdade no mercado de trabalho, direitos reprodutivos e o combate à violência de gênero. Ícones como Simone de Beauvoir inspiraram gerações, enquanto movimentos em países do Sul Global trouxeram novos olhares, conectando gênero, raça e classe em uma perspectiva interseccional.

No Brasil, o movimento feminista começou a ganhar tração nesse mesmo período, enfrentando desafios adicionais em um cenário de repressão ditatorial. Mulheres enfrentavam jornadas de trabalho desumanas, salários injustos e preconceitos culturais arraigados. Mesmo assim, não se calaram. Organizaram-se em torno de pautas fundamentais como direitos trabalhistas e autonomia sobre seus corpos, plantando as sementes de uma luta que ecoa até hoje.

No Acre, um estado marcado pela economia extrativista e pela ruralidade, a realidade era ainda mais dura. Nos seringais, mulheres lidavam com trabalho exaustivo, violência doméstica brutal e um sistema de aviação que as reduzia a mercadorias, especialmente no caso das mulheres indígenas. Nas cidades acreanas, a situação não era diferente e, tragicamente, o Acre ainda registra uma das maiores taxas de feminicídio no Brasil.



Mesmo diante de tanta adversidade, elas resistiram. As seringueiras, as trabalhadoras rurais e urbanas, as mães e esposas não apenas enfrentaram as opressões patriarcais – elas transformaram o cenário. Assumiram papéis centrais na economia, na formação de redes comunitárias e nos movimentos sociais. Durante as décadas de 1980 e 1990, foram protagonistas nos sindicatos, nos “empates” para defender a floresta e na criação da Aliança dos Povos da Floresta. Figuras como Eva Evangelista no Judiciário ampliaram a discussão de gênero, conectando-a às questões ambientais, políticas e econômicas.

Essas mulheres – seringueiras, professoras, ativistas, mães – construíram um legado de luta e esperança. Um legado que nos lembra que ser mulher nunca foi fácil, mas sempre foi sinônimo de coragem. E a luta, mais viva do que nunca, continua.



Manifestação protagonizada por mulheres durante o regime militar brasileiro. Fonte: <https://www.todapolitica.com>



Manifestação do movimento sufragista pelo direito ao voto. Fonte: <https://www.todapolitica.com>

Questões agrárias e conflitos em Sena Madureira

Durante o período em que atuei em Sena Madureira, as questões agrárias e os conflitos de terra eram predominantes. Lembro de uma reintegração de posse que determinei. Os autos apontavam um pistoleiro envolvido, em um contexto de tensões relacionadas à chegada de sulistas, que compravam terras na região. Essa situação me fazia refletir sobre o processo de colonização do Brasil por Portugal: pessoas desafiando uma floresta densa e enfrentando um território repleto de dificuldades.

Nesse caso específico, a polícia fez diligência ao seringal para cumprir a ordem judicial e trazer o homem a Sena Madureira, mas ele foi morto no caminho. A justificativa apresentada foi que ele teria tentado fugir, uma versão que só contava com o relato dos policiais. Isso gerou consequências inesperadas para mim. Na época, um promotor chegou a conduzir uma investigação paralela para averiguar se eu teria, de fato, ordenado a morte daquele homem. Eu era jovem, com menos de 30 anos, e, embora não tivesse qualquer relação com a execução, o episódio me marcou profundamente.

Minha visão sobre o uso e a posse de terra sempre foi clara. Sou agrarista e acredito no uso social da terra, no usufruto que beneficia a coletividade. Fora disso, não consigo compreender outra lógica. Muitas pessoas estavam sendo deslocadas dos seringais, substituídas pelo pasto e pela queda do preço da borracha. Essas mudanças transformaram a terra em algo economicamente insignificante para muitos, e as consequências foram duras: o crescimento das periferias em Rio Branco, marcado por vulnerabilidades econômicas e sociais que impulsionaram a criminalidade.

Apesar das adversidades, Sena Madureira foi um período de aprendizado e superação. A cidade enfrentava não apenas conflitos de terra, mas também tensões sociais. Nessa trajetória, tive o privilégio de conhecer figuras como o padre Paulino Baldassari. Ele era um pacificador, sempre disposto a dialogar e buscar soluções. Lembro de que ele queria se tornar juiz de paz, mas, sendo italiano, não era possível. Expliquei a ele que, caso renunciasse à sua nacionalidade e se naturalizasse brasileiro, poderia realizar esse desejo.

Também destaco as famílias de Sena Madureira que construíram uma relação de confiança comigo: Assef, Sales, Costa, Areal e tantas outras. Essa conexão tornou-se fundamental para que eu me ajustasse à época, enfrentando os desafios com determinação. Não foi um tempo fácil, mas foi necessário e muito enriquecedor.

Minha vida foi profundamente marcada por esse período em que vivi e atuei em Sena Madureira. Minhas filhas Gilcely e Giuliana estudaram lá. Fiz questão que meu filho Vinicius Menandro Evangelista de Souza, nascido em 30 de setembro de 1978, viesse ao mundo na maternidade local, reforçando minha ligação com a cidade. Foram anos intensos, que enriqueceram minha trajetória pessoal e profissional.



Paulino Maria Baldassari
Fonte: ContilNet Notícias



Conflitos fundiários e crise social

A política de expansão da fronteira agropecuária do país, implementada pelo governo militar em 1964, teve profundas e radicais consequências para a sociedade acreana. Por um lado, interrompeu a jovem democracia acreana, que havia realizado sua primeira eleição direta para o poder legislativo e para governador do estado, em 1962. Por outro, alterou completamente o eixo econômico da região, substituindo os antigos seringais que ainda sobreviviam do extrativismo de borracha, castanha e madeira por grandes fazendas voltadas à pecuária de corte.

A invasão dos “paulistas”, como foram chamados localmente os fazendeiros atraídos do sul do país pelos programas e financiamentos do governo federal, teve início em 1971, durante o governo de Wanderlei Dantas, eleito de forma indireta pela Assembleia Legislativa estadual, seguindo os ditames do governo militar. Suas graves consequências logo se fizeram sentir na sociedade acreana. Dois terços das terras do estado mudaram de mãos e o desenvolvimento de atividades agropecuárias exigiu não só a retirada da cobertura florestal, mas também de milhares de famílias que viviam há décadas do extrativismo nos seringais.

Instalou-se em todo o Acre um intenso êxodo da área rural em direção às cidades, que não tinham condições de receber tanta gente em tão pouco tempo. Nas áreas urbanas, disseminou-se a prática das “invasões” de grandes terrenos desocupados, formando áreas periféricas sem acesso à energia elétrica, ao abastecimento de água, à ruas pavimentadas ou qualquer tipo de serviço público.

A partir de 1976, iniciou-se um movimento de resistência de seringueiros, ribeirinhos e povos indígenas contra a expropriação das terras tradicionalmente ocupadas e a devastação florestal, que impedia a continuidade do extrativismo e da agricultura de subsistência, modo de vida de milhares de famílias acreanas. Com a formação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), a realização de “empates” das grandes derrubadas florestais para formação de pasto e o início dos processos de autodemarcação indígena, a violência praticada por madeireiros e grileiros explodiu, mergulhando o estado numa profunda crise social.

Esse cenário conturbado se manteve até a década de 1990, resultando na morte de diversos líderes populares como Wilson Pinheiro, João Eduardo e Ivair Higino. Entretanto, as coisas começaram a mudar graças ao reconhecimento da luta dos Povos da Floresta acreanos pelo movimento ambientalista internacional e à redemocratização do país na década de 1980. Com o assassinato de Chico Mendes, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, em 1988, que teve grande repercussão no país e no mundo, houve uma pronta reação do Judiciário, que logo julgou e condenou seus assassinos, e do governo federal, que deu início à demarcação das primeiras reservas extrativistas da história brasileira.

Minha promoção para Rio Branco e os novos desafios da capital

Permaneci em Sena Madureira até agosto de 1980, quando fui promovida para Rio Branco por antiguidade. Era minha primeira promoção, mas quase a perdi devido a uma situação peculiar: quando meu filho Vinícius nasceu, em agosto de 1978, o tempo da licença-maternidade não era formalmente garantido. Seria descontado do tempo de serviço na magistratura. Isso ocorreu porque, ao tempo, a Lei de Organização Judiciária do Estado do Acre não continha previsão desse direito para as mulheres. Apenas duas juízas no Brasil enfrentaram esse cenário: Maria Berenice, no Rio Grande do Sul, que sequer usufruiu de licença à maternidade, e eu, que usufrui parcialmente.

Minha licença foi concedida devido a uma necessidade física. Estava presidindo uma sessão

do Tribunal do Júri, sem ar-condicionado, que inexistia à época, apenas ventiladores, e comecei a me sentir mal, com tonturas, no quinto mês de gravidez. A sessão teve que ser interrompida e percebi que seria impossível continuar. A situação era ainda mais difícil porque o Tribunal do Júri não havia realizado julgamentos por muitos anos, e a retomada exigia esforço adicional, com muito réus aguardando julgamento, principalmente das zonas rurais e dos seringais.

Para convocar as partes e testemunhas recorria à Rádio Difusora Acreana, pedindo que comparecessem ao fórum para tratar de “assuntos de seu interesse”. Em casos mais complexos, enviava cartas aos proprietários de seringais ou arrendatários, solicitando a apresentação de réus e testemunhas. A comunicação por rádio era



Assinatura da promoção da juíza de Direito Miracele Borges, em Rio Branco. Na foto, à esquerda de Eva Evangelista, então juíza de Direito, o desembargador Lourival Marques. Fonte: Acervo TJAC.



Eva Evangelista, em 1982, época em que atuava como juíza de Direito em Rio Branco, junto aos desembargador Nielse Mouta e o juiz de Direito Jurandyr Rodrigues da Silva. Fonte: Acervo TJAC.

essencial, pois a maioria da população não tinha televisão. Mesmo enfrentando dificuldades, não podia permitir que os julgamentos fossem adiados e as pessoas voltassem aos seringais sem resolução.

Conversei com meu colega, o juiz substituto Dr. João Oliveira de Paiva, que veio de Rio Branco para me substituir nas sessões de julgamento. Custeei seu deslocamento em táxi aéreo, hospedagem e alimentação para que os julgamentos não fossem interrompidos.

Retornei ao trabalho apenas 20 dias após o nascimento do meu filho. Apesar da licença temporária concedida, na contagem de tempo de serviço, fiquei em desvantagem em relação à Miracele Borges. Quando percebi que perderia a promoção, fiz um requerimento ao Tribunal, fundamentando meu pedido na igualdade prevista pela Constituição. Felizmente, o Tribunal acolheu minha solicitação e incluiu a integralidade do meu tempo de serviço, garantindo minha promoção.

Quando finalmente chegou a ocasião da minha promoção para a 1ª Vara Cível da capital, resisti em deixar Sena Madureira. Gostava da cidade e de sua gente. O presidente do Tribunal de Justiça do Acre, desembargador Lourival Marques, me pressionou gentilmente em uma ligação telefônica: “Eva, quando você vem?”. Respondi que aguardava a publicação do ato no Diário Oficial. Ele rebateu: “Que ato nada, venha logo, estamos precisando de você, é urgente.” Assim, aceitei e assumi a 1ª Vara Cível de Rio Branco, onde comecei uma nova fase da minha trajetória. Recordo-me bem de que a escritã era Rute Bady Fecury, sequenciada por Jerônimo Borges de Albuquerque, com quem compartilhei os desafios e aprendizados dessa transição.

Ao chegar a Rio Branco, percebi o quanto minha ligação com Sena Madureira era forte. Mesmo depois de promovida, as pessoas continuavam me procurando para conselhos e mediações. Sempre dizia: “Se eu for julgar um processo, não posso aconselhá-los.” Essa relação afetuosa e respeitosa com a comunidade de Sena Madureira permaneceu por muito tempo.

Antecedendo minha promoção para Rio Branco, enfrentei um episódio complexo em uma eleição geral em Sena Madureira. Dois candidatos, Roberto Zaire e Jorge Kalume, disputavam acirradamente e uma recontagem de votos tornou-se necessária. A votação era em papel e a contagem manual, o que tornava o processo eleitoral ainda mais tenso, permeado de pressão política. Sem o tempo necessário para um preparo adequado, em razão da licença-maternidade, enfrentei momentos difíceis. Lembro-me do desembargador Lourival Marques me apoiando durante esse período. Apesar das dificuldades, a recontagem foi concluída com sucesso.



“As questões de desigualdade não paravam por aí. São dignas de registro, também, as situações vividas pelas desembargadoras Maria Berenice e Eva Evangelista, ambas, não por coincidência, membros de Tribunais de regiões extremas do país, porém com o mesmo tratamento dispensado às magistradas, quanto à questão de licença-maternidade. A primeira delas, hoje aposentada, relatou que quando do nascimento de seu primeiro filho, em 1977, em razão de alegada ausência de previsão regimental, à época, foram-lhe concedidos 30 dias de licença saúde. Como estava em estágio probatório, aceitou sem nada contestar. A segunda, Des. Eva, relatou situação idêntica, quando do nascimento de um dos seus filhos, em 1978, cuja lei do Poder Judiciário local (Lei de Organização Judiciária do Estado do Acre - nº 11/1964) também não previa a referida licença, tendo que se socorrer da Lei Federal nº 1.711/1952, sendo-lhe deferido o usufruto de 120 dias de licença (22.06.78 a 19.10.78), tendo usufruído apenas 92 dias”.

*Olívia Maria Alves
e Fernanda Busanelo Ferreira*

*“Cada caso foi uma lição, e
cada decisão, um passo rumo à
resposta de justiça.”*



Fórum Barão do Rio Branco,
localizado no centro da capital
acreana, em 1982. Fonte: Acervo TJAC

Serviço à Justiça: promoção à 1ª Vara Cível de Rio Branco

Ser promovida para a 1ª Vara Cível de Rio Branco foi um privilégio. Meu antecessor, o Dr. Nielsen Gonçalves Mouta, fazia parte da primeira leva de juízes que vieram para o Acre, geralmente oriundos de estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais. A maioria desses juízes tinha como objetivo retornar a seus estados ou se dedicar a outros projetos pessoais. Eu tive a honra de suceder o Dr. Nielsen na Vara após sua ascensão ao desembargo.

O dia a dia na Vara de Rio Branco não me surpreendeu, pois muitos dos casos eram semelhantes aos que eu já enfrentara em Sena Madureira, exceto as matérias criminais, que eram encaminhadas à Vara Criminal e ao Tribunal do Júri. As comarcas de Senador Guimard, Porto Acre e Bujari ainda não existiam, então a 1ª Vara Cível lidava com uma ampla gama de processos: habilitações de casamento, pensões alimentícias, reintegrações de posse — relacionadas às invasões em Rio Branco — e divórcios. Eram visíveis os reflexos da migração de seringueiros para a capital, expulsos dos seringais devido à crise econômica, sem condições de trabalho ou moradia. Esse êxodo gerava inúmeras questões sociais, econômicas e jurídicas.

Um caso marcante envolveu a habilitação para o casamento de uma jovem menor de 16 anos. Para tais casos, eram realizadas audiências de suprimento de idade, onde era verificada, separadamente, a vontade livre e espontânea dos noivos para contrair matrimônio. Também eram ouvidos os pais do casal. A jovem declarou, com convicção, que queria se casar, mas quando ouvi o rapaz, ele desabafou: “Dra., eu não quero me casar, mas o problema é o pai dela. Se eu disser que não vou me casar, eu me caso com a espingarda dele.” Casos como esse eram comuns, em que os pais, ao perceberem a “honra da filha comprometida”, pressionavam pelo casamento. Expliquei ao pai da jovem que o casamento não poderia ocorrer sem consentimento livre e espontâneo. Disse com firmeza: “Agora, não pode se casar com a espingarda. E se eu souber que algo aconteceu, o senhor terá problemas, e os problemas serão resolvidos aqui, na Justiça.” Não tive notícias se o rapaz cedeu à pressão, mas deixei claro que não realizaria o casamento contra a vontade dele.



Outro caso semelhante envolveu uma moça que, ao ser ouvida, afirmou: “Dra., eu não quero me casar, eu não gosto dele.” Então expliquei aos pais que o casamento sem consentimento não era permitido, mas que o ocorrido não desonrava a filha deles. Era necessário aprender a conviver com a situação. Essas decisões inovadoras desafiavam a moral conservadora da época.

Além disso, enfrentei muitos casos de pensões alimentícias, como o de um motorista de táxi que buscava apoio financeiro da ex-esposa, uma servidora pública bem-posicionada. Lembro-me de pedir ao juiz substituto, Dr. Jurandir Rodrigues da Silva, que conduzisse uma dessas audiências, pois era difícil aceitar tal postura de um homem, exigindo ser sustentando pela mulher. Predominavam processos de separação judicial e pensão alimentícia, exigindo atenção em um momento de transformação social.

A implementação da Lei do Divórcio, de 1978, foi um marco. O senador Nelson Carneiro, responsável pela lei, enfrentou intensa resistência em um Congresso Nacional ainda muito conservador. Somente com a Constituição de 1988, os direitos das mulheres foram amplamente disciplinados, garantindo igualdade e sua capacidade plena. Até então, o Código Civil de 1916 as tratava como incapazes para muitos atos civis, e mesmo o Estatuto da Mulher Casada, de 1962, tinha limitações. Em questões de homicídio, a chamada “defesa da honra” frequentemente resultava na absolvição de homens que matavam suas esposas, sob a justificativa de forte emoção ou honra manchada. Felizmente, o feminicídio hoje é reconhecido como um crime grave, marcando um avanço significativo.

Nós, juízes, assumíamos múltiplos papéis nas audiências de divórcio, atuando como conciliadores e, muitas vezes, psicólogos. Não existiam equipes multidisciplinares como as de hoje. As agressões psicológicas, que hoje são amplamente reconhecidas, não eram compreendidas como violência. Acreditava-se que apenas a violência física era relevante. Contudo, avançamos muito na compreensão do sistema de justiça e no combate às diversas formas de violência.

Esses anos na 1ª Vara Cível foram marcados por desafios, mas também por oportunidades de contribuir para mudanças significativas na sociedade e no sistema judiciário. Cada caso foi uma lição e cada decisão, um passo rumo à resposta de justiça.



Da esquerda para a direita: Dr. Adherbal Correia, advogado; juiz Santana; juíza Eva Evangelista; Dra. Gisele Mubarac, diretora da Secretaria do TJ; juiz Cardoso; juiz Nielsen Mouta, des. Fernando Conde; des. Lourival Marques, presidente do TJAC.

Fonte: Marques (2023).

Não posso deixar de mencionar minha experiência como professora do curso de Direito da Universidade Federal do Acre (UFAC), na qual ingressei como docente em 1981 e permaneci até 2008, quando aposentei, somando 26 anos no magistério. Ensinar na universidade representou uma experiência deveras importante que marcou minha trajetória profissional e pessoal. Inicialmente, com atuação simultânea no Departamento de Tecnologia, nas áreas de Construção Civil, Topografia e Estradas, com foco em Topografia e Estradas e também no Departamento de Direito, ministrando as disciplinas de Legislação de Terras e Direito Agrário. Posteriormente, Direito Processual Civil, Direito Eleitoral e Prática Forense Civil, a última disciplina.





“Essa etapa da minha vida não representou apenas uma conquista pessoal e profissional, mas revelou-se uma oportunidade para demonstrar que era possível romper barreiras, mantendo integridade, respeito e a constante busca pelo aprimoramento no exercício da magistratura.”

Discurso de posse de Eva Evangelista como desembargadora do TJAC, em 19 de novembro de 1984. Fonte: Acervo TJAC.

Posse no desembargo: um marco em minha trajetória

No dia 19 de dezembro de 1984, tomei posse como desembargadora do Tribunal de Justiça do Acre. Naquela época, a Corte era composta por apenas cinco desembargadores, diferentemente da estrutura atual, com doze membros. Esse momento marcou uma etapa significativa em minha trajetória.

Inicialmente concorri ao desembargo em lista de merecimento, sendo escolhida em primeiro lugar pelo Tribunal de Justiça, contudo, não alcancei êxito na nomeação. No entanto, conforme o procedimento da época, antes da Constituição de 1988, cabia ao governador a decisão final, que acabou por nomear o último nome da lista. Aceitei a decisão com serenidade e, logo em seguida, surgiu a oportunidade de uma promoção por antiguidade. Dessa vez, sucedi o desembargador Nielsen Gonçalves Mouta, e fui nomeada pela então governadora Iolanda Fleming. Com isso, tornei-me a primeira mulher a assumir o desembargo no Acre.

Minha posse mostrou-se um evento marcante, carregado de simbolismo. A celebração, embora simples em organização, foi profundamente significativa. Usei na cabeça um casquete, um acessório característico de então, que dava um toque especial ao vestido. Apesar da falta de um cerimonial estruturado como o que temos atualmente, o desembargador Jorge Araken Faria da Silva realizou uma cerimônia memorável ao me empossar. Na impossibilidade de o então presidente da OAB, Adherbal Correa, fazer o meu discurso, este acabou sendo proferido pelo advogado João Batista Tezza. Infelizmente, não há registros fotográficos com minha família daquele dia, algo que lamento até hoje.



Pouco tempo após a posse, o governador da época, Nabor Junior, fez questão de me abordar para dizer: “Eu quero agradecer à senhora por nunca ter me procurado. A senhora nunca me pediu para ser nomeada.” De fato, nunca o fiz e ouvir isso reforçou meu compromisso com a ética e a independência que sempre busquei manter em minha carreira.

Sem recesso forense, recebi a convocação para um julgamento. Como a primeira mulher no desembargo, minha relação com o Pleno foi extremamente respeitosa. Os colegas confiavam em meu trabalho e a interação era marcada por um ambiente de colaboração. Em casos relacionados à reintegração de posse, por exemplo, o desembargador Jader Barros Eiras costumava dizer: “Isso aqui é com a Eva.” Minha experiência em Direito Agrário, acumulada no Incra e na UFAC, contribuiu para um referencial nessas questões.

Ao assumir o cargo, recebi um valioso conselho do então ministro do Supremo Tribunal Federal, Ilmar Galvão, que também fora meu professor de Direito na UFAC: “Eva, a competência é importante, contudo a convivência é mais importante. Num colegiado, nunca perca a convivência com seus colegas.” Levei isso comigo, buscando sempre, antes de tudo, persuadir a mim mesma, pois sabia que não poderia convencer meus colegas de um voto sem que me ouvissem com atenção. Divergências existiam, afinal, fazem parte de um ambiente colegiado. No entanto, o respeito mútuo sempre prevaleceu.

Essa etapa da minha vida não representou apenas uma conquista pessoal e profissional, mas revelou-se uma oportunidade para demonstrar que era possível romper barreiras, mantendo integridade, respeito e a constante busca pelo aprimoramento no exercício da magistratura.



Posse de Eva Evangelista como desembargadora do TJAC, em 19 de novembro de 1984.
Foto acima, à esquerda: Eva posando para fotógrafos.
Foto abaixo, à esquerda: Então governador Nabor Junior cumprimentando Eva Evangelista por sua posse.



Desembargadores Minervino Bezerra de Farias e Jader Barros Eiras conduzindo Eva Evangelista para sua posse, representando os desembargadores mais antigo e mais novo da corte, em uma cerimônia tradicional no TJAC.
Fonte: Acervo TJAC

Minha contribuição para a Justiça Eleitoral no Acre

Períodos: 21.03.1985 a 21.03.1987; 17.03.1994 a 17.03.1996 e 11.03.2003 a 02.02.2005.

Em 1985, assumi o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Acre, sucedendo o desembargador Minervino Bezerra de Farias. Inicialmente, fui escolhida pelo Tribunal de Justiça para ocupar a vice-presidência, seguindo o critério de antiguidade entre os desembargadores que ainda não haviam integrado o TRE. Posteriormente, assumi a presidência, com o apoio do desembargador Jorge Araken Faria da Silva, que renunciou à concorrência em meu favor.

Durante minha gestão, vivenciei momentos marcantes, como o caso da transmissão direta de dados eleitorais do Acre para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Essa inovação consistia em transmitir os resultados eleitorais via satélite, um feito que atraiu a atenção internacional. Em meu último mandato, essa prática foi tema de uma reportagem no Los Angeles Times. Um jornalista americano, com autorização da embaixada dos Estados Unidos, acompanhou a transmissão dos altos de um curral por um servidor do TRE do Acre, dos dados da votação da eleição do



Desembargadora Eva Evangelista assinando títulos eleitorais, no período em que foi presidente do TRE/AC. Fonte: Acervo TJAC

município de Santa Rosa, via satélite para o Tribunal Superior Eleitoral.

Outro marco de minha presidência foi a implementação do primeiro recadastramento eleitoral, no qual todos os títulos de eleitor levaram minha assinatura. Também tive a honra de presidir a primeira votação realizada com urnas eletrônicas no estado, um avanço significativo para o sistema eleitoral.

Um caso que ilustra os desafios enfrentados no TRE ocorreu nas eleições de 1994, na 4ª Zona Eleitoral, no município de Marechal Thaumaturgo. Após o encerramento da votação, a urna de lona utilizada desapareceu, junto com o presidente da seção eleitoral e os soldados do exército responsáveis pela segurança.

O helicóptero que deveria transportar a urna e a equipe chegou ao local somente na tarde de 5 de outubro, dois dias após a votação. No entanto, ao chegar, o piloto constatou que não havia mais ninguém ali. Moradores locais informaram que o grupo havia deixado o local da votação um barco. Sobrevoos foram realizados para localizar o trajeto, mas a densa vegetação dificultava a busca.

Enquanto isso, a situação ganhou repercussão nacional. O Jornal Nacional, da TV Globo, noticiou o desaparecimento da urna, sugerindo que um naufrágio ou até ataques de animais poderiam ter ocorrido. A tensão aumentava enquanto se aguardavam notícias.

Finalmente, na sexta-feira, representantes da Justiça Eleitoral se deslocaram de lancha rio acima, partindo de Cruzeiro do Sul. Próximos à cidade, encontraram o barco com o presidente da seção eleitoral, os soldados e a urna intacta, contendo os votos e demais materiais. O episódio foi esclarecido: diante do atraso do helicóptero, o juiz presidente da seção decidiu agir por conta própria. “Esqueceram de nós”, teria conjecturado, antes de organizar o transporte fluvial para salvar os votos. Enfrentaram as dificuldades do sinuoso e turvo rio até concluírem sua jornada.

Ao final, tudo foi resolvido com sucesso, mas o caso destacou os desafios logísticos e humanos enfrentados em regiões remotas, especialmente em um estado como o Acre, onde os obstáculos geográficos muitas vezes se tornam protagonistas.

Solenidade de transmissão do cargo de presidente do TRE Acre ao desembargador Wanderley Nonato de Oliveira, em 1987. Fonte: Acervo TJAC.





Desembargadora Eva Evangelista recebe visita dos deputados estaduais. Fonte: Acervo TJAC.

“Acredito que entregar cidadania é, em essência, entregar vida, e o impacto desse trabalho é visível nos resultados obtidos.”



Primeira mulher a presidir o Tribunal de Justiça do Acre

Período: 1987-1989

Quando retornei do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em 1987, assumi a presidência do Tribunal de Justiça do Acre. A escolha seguiu o critério usualmente adotado, pautado pela Lei Orgânica da Magistratura e pelo Regimento Interno do Tribunal, que estabelece a prioridade ao desembargador mais antigo, que ainda não tenha exercido o cargo.

Uma das realizações mais marcantes da minha gestão foi a instalação dos Juizados de Conciliação, sob a égide da Lei nº 9.099/95, que envolveram uma equipe multidisciplinar composta por juízes, membros do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado e oficiais da Polícia Militar, todos empenhados em mediar acordos judiciais. Lembro de um caso marcante: uma senhora que residia próximo à estrada de Boca do Acre conseguiu resolver, por meio desse mecanismo, um processo que se arrastava há 15 anos. Essa iniciativa simbolizou o poder da conciliação como instrumento de resolução de conflitos e de acesso à justiça.

Outro destaque foi a aprovação da Lei Complementar nº 13 pela Assembleia Legislativa do Estado do Acre (Aleac), durante meu mandato. Essa lei reformulou a organização do Tribunal e permitiu a criação da Vara de Órfãos e Sucessões, vinculada ao Cartório de Registro Civil localizado na Estação Experimental. Além



Desembargadora Eva Evangelista, na posse do então governador do estado do Acre, Flaviano Melo, em 1987, como presidente do TJAC.
Fonte: Acervo TJAC.

disso, durante minha gestão instalamos a Escola Superior da Magistratura, com o objetivo de capacitar não apenas juízes e desembargadores, mas também outros integrantes da comunidade jurídica. A escola, que não era oficial na época, contou com o apoio da Associação dos Magistrados, liderada pela desembargadora Miracele Borges.

Também tive a honra de ser a primeira presidente da Câmara Cível. Um caso curioso que marcou esse período quando eu também atuava em processos criminais, foi o de uma moça acusada de tráfico de drogas que me enviou flores por meio de seu advogado, momentos antes de um julgamento. Decidi adiar o caso, retirando-o de pauta, com uma carta de resposta explicando minha postura. Esse episódio ilustrou os desafios éticos que surgem na magistratura.

Ao longo de minha trajetória no desembargo, desenvolvi um trabalho mais aprofundado sobre a questão das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A criação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) da Coordenadoria das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar representou um divisor de águas, permitindo uma abordagem integrada. Entendi que o enfrentamento dessa violência exige mais do que decisões judiciais; é necessário oferecer uma rede de apoio para garantir a proteção e a reconstrução da vida dessas mulheres.

O Acre, que chegou a ocupar os primeiros lugares nos índices de violência contra a mulher, agora apresenta uma gradativa redução desses números, reflexo do trabalho contínuo e integrado. Ainda guardo a memória do feminicídio que julguei em Sena Madureira, nos anos 1970, e vejo como a conscientização e a atuação conjunta são indispensáveis. A coordenadoria da mulher pode ser instrumento de auxílio a muitas mulheres para recomeçar.

Então governadora do Acre, Iolanda Fleming, passando temporariamente o governo para a então presidente do TJAC, desembargadora Eva Evangelista.
Fonte: Acervo TJAC.





Desembargadora Eva Evangelista, presidente do TJAC, em reunião com juízes de Direito, entre os quais, a juíza Maria das Graças Belucci. Fonte: Acervo TJAC.

Desembargadora Eva Evangelista, presidente do TJAC, no V Encontro dos Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, em Brasília, nos dias 13 e 14 de maio de 1987. Fonte: Acervo TJAC.

Transformando a Justiça: meu papel na Corregedoria Geral

Períodos: 1990-1991 / 1999-2001 / 2005-2007 / 2007-2009

Assumir a função de Corregedora Geral da Justiça por quatro períodos, sem dúvida, representou uma experiência enriquecedora na minha carreira. É uma posição que exige lidar diretamente com a regularidade dos serviços judiciais e extrajudiciais e, sobretudo, com as pessoas: membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, advogados e principalmente os cidadãos, destinatários finais da atividade jurisdicional.

O trabalho na Corregedoria é gratificante justamente pela sua amplitude e impacto na vida das pessoas e no funcionamento da Justiça. Durante meu exercício no cargo, tive a honra de participar do Colégio de Corregedores Estaduais, um foro de discussões essenciais sobre a operacionalização da Justiça de primeiro grau. Esses debates ampliaram minha visão sobre gestão e inovação nos serviços judiciários.

Um marco importante foi a obra do desembargador Vladimir Passos de Freitas, que aborda de maneira pioneira o papel das Corregedorias na garantia da razoável duração dos processos. Essa leitura me proporcionou insights sobre a importância da gestão das unidades judiciárias. A partir disso, adaptei medidas aplicadas pela Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região para a realidade do Acre.

O resultado desse aprendizado culminou na implementação do Provimento nº 12, de 17 de julho de 2007, que introduziu medidas de desformalização do processo civil. Este provimento, reflete o esforço contínuo de modernização e eficácia na prestação jurisdicional.

A função de Corregedora não se resume à supervisão, é um trabalho que exige sensibilidade para compreender as complexidades humanas e institucionais. Foi um privilégio contribuir para o aperfeiçoamento do Judiciário do Acre, sempre com o compromisso de garantir que a Justiça alcance seu propósito: servir à sociedade com eficiência, respeito e celeridade.

Em 2020, recebi do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE), homenagem e reconhecimento em uma solenidade especial, sendo uma das agraciadas com outorga da Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Antônio Erpen. Concedida pela Comissão Executiva do Colégio, a honraria foi criada em 2010, e se destina a agraciar autoridades públicas e privadas que tenham notáveis serviços prestados ao CCOGE ou contribuído por qualquer meio e de modo eficaz para o fortalecimento, aperfeiçoamento e celeridade da prestação jurisdicional ou à causa da Justiça. A indicação de meu nome foi apresentado ao Colégio pela generosidade do então corregedor-geral de Justiça do Acre, desembargador Junior Alberto Ribeiro, que abdicou em meu favor de seu legítimo direito de receber a honraria, resultando no assentimento do Colégio de Corregedores.



“Merecida a homenagem à nossa decana, desembargadora Eva Evangelista de Araújo Souza, por sua contribuição ao longo de mais de quatro décadas para a firmação e credibilidade do Poder Judiciário do Estado do Acre, demonstrando entusiasmo com a distribuição da justiça aos cidadãos, principalmente em medidas voltadas às causas sociais, à frente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv), Projeto Cidadão e Justiça Restaurativa, levando o acesso à Justiça aos mais vulneráveis e necessitados”.

Desembargador Junior Alberto Ribeiro

Correção realizada na Unidade Judiciária titularizada pelo juiz Fernando Nóbrega.
Foto: Acervo pessoal Eva Evangelista.

Formação inicial e capacitação: uma missão da Escola do Poder Judiciário

Períodos: 1993-1995, 2003-2005, 2005-2007, 2009-2011 e 2011-2013

Tive a honra de dirigir a Escola da Magistratura em cinco períodos distintos, uma experiência que, apesar dos desafios, trouxe uma enorme satisfação pessoal e profissional. Naquela época, a escola era uma iniciativa artesanal, que dependia significativamente da boa vontade e compreensão dos presidentes do Tribunal de Justiça, pois não existiam recursos orçamentários e financeiros alocados diretamente para seu funcionamento.

Secretaria da então Escola Superior da Magistratura. Da esquerda para a direita: Dr. José Coriolano da Silva Filho, des. Arquilau Melo, des. Cezarinete Angelim e a des. Eva Evangelista. Fonte: Acervo TJAC

Entre os avanços conquistados durante minha gestão, destaco a contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na administração do desembargador Samoel Martins Evangelista, para oferecer um curso de MBA em Administração do Poder Judiciário, uma ação sequenciada pela desembargadora Izaura Maia. Esse curso representou um marco significativo, trazendo à tona uma nova perspectiva de gestão administrativa para o âmbito judicial.

Historicamente, as Escolas de Magistratura enfrentaram dificuldades para se firmar como prioridade nos Tribunais de Justiça. No caso específico da Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC), foi somente após 22 anos de sua instalação que ocorreu a destinação de uma sede própria, graças à visão estratégica da administração liderada pelo desembargador Pedro Ranzi.

A formação de magistrados sempre representou desafio para os estados menores como o Acre, em razão da limitada infraestrutura e ausência de investimentos necessários por parte dos Tribunais. Essa realidade começou a mudar com o modelo unificado estabelecido pela ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados), que proporcionou uma padronização nacional e ampliou as oportunidades de capacitação.

Essa iniciativa não apenas garantiu uma formação inicial mais sólida para os juízes, valorizou a formação continuada, promovendo uma consciência mais profunda sobre a responsabilidade individual e social no exercício da jurisdição.



Eva Evangelista quando Diretora da Escola Superior de Magistratura (Esmac), atual Escola do Judiciário (Esjud). Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.



Cerimônia de Diplomação do MBA em Administração do Poder Judiciário, em 2009.
Fonte: Acervo TJAC.





Desembargadora Eva Evangelista com sua filha Gilcely Evangelista (a sua direita) e seus netos João Paulo Evangelista de Souza e Eva Luísa Evangelista de Souza (a sua esquerda), em 11 de setembro de 2024.
Fonte: Acervo TJAC

Depoimentos

Falar sobre minha mãe, Eva Evangelista, não é uma tarefa simples. Sempre me recordo de sua dedicação e esforço, especialmente durante os anos em que se preparava para o concurso da magistratura. Passava as noites debruçada sobre seus livros de Direito, incansável em sua busca pelo conhecimento e pela excelência.

Minha mãe sempre valorizou, acima de tudo, a educação dos filhos, afirmando que suas fazendas eram, na verdade, um investimento em nossa formação. Graças a essa visão e ao esforço dela, todos nós — eu, Vinícius e Gabriel — formamos em Direito. Minha irmã Giuliana, além de graduada em Direito, também é formada em Letras/Inglês.

Eva Evangelista é uma mulher de temperamento forte e determinação inabalável, sempre disposta a enfrentar desafios e desbravar o desconhecido. Sua trajetória é marcada pelo compromisso com a justiça e pelo acolhimento daqueles que dela necessitam. Um exemplo de sua coragem foi durante o período em que presidia o Tribunal de Justiça, quando, após o assassinato de Chico Mendes, recebeu ameaças de morte caso determinasse que o caso fosse julgado pelo Tribunal do Júri.

Na ocasião, as ameaças foram feitas a mim, por meio de ligações para o telefone residencial, nas quais o autor exigia que minha mãe não comparecesse ao trabalho na manhã seguinte, pois seria assassinada ao subir as escadarias do Tribunal. No entanto, quem conhece Eva Evangelista sabe que o medo não faz parte de sua essência. Na manhã seguinte, lá estava ela, firme, subindo as escadarias do Tribunal de Justiça, determinada a cumprir seu dever e, felizmente, nada aconteceu.

Tenho imenso orgulho de minha mãe, uma mulher à frente de seu tempo, que se dedicou a fazer justiça com sensibilidade e humanidade, sempre comprometida em atender a todos, independentemente do resultado de suas decisões. Sou profundamente grata a Deus por tê-la como mãe. Eva Evangelista é o exemplo vivo de coragem, determinação e sensibilidade no exercício da magistratura e na vida pessoal. É uma honra ser filha de uma mulher tão extraordinária.

Gilcely Evangelista de Araújo Souza (filha)

Bacharel em Direito

Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado Acre - MPAC
Mãe de João Paulo Evangelista de Souza e Eva Luísa Evangelista de Souza

Poucas são as palavras capazes de expressar a enorme gratidão e o imenso orgulho que sinto por ser filho de Eva Evangelista de Araújo Souza. Agradeço a Deus por ter me contemplado com uma mãe tão maravilhosa, presente, parceira e amiga, que impulsionou todos os seus filhos a buscarem o melhor de si. E não apenas isso: ela também acreditou em todos nós e nos apoiou em todas as nossas causas. A senhora, ao lado do pai, Raimundo Menandro de Souza, sempre esteve ao nosso lado, cuidando, protegendo e entregando o máximo de si pelo nosso bem-estar.

A vida até aqui, certamente, foi de muitas lutas, batalhas, provações e obstáculos, mas tenho por certo que a senhora logrou vencer todos eles com inequívoco louvor, demonstrando a força que reside em seu interior, sua resiliência e sua entrega em tudo aquilo que faz. Essas características — em especial a de não desistir da luta, não abdicar de posição conquistada e combater o bom combate sem medo, com a cabeça erguida — certamente forjaram em cada um de nós esse espírito guerreiro que tanto a singulariza, mãe.

Acompanhei sua trajetória profissional nos mais variados segmentos da magistratura, seja exercendo cargos de gestão, tanto no Tribunal de Justiça do Estado do Acre quanto no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre, seja no trabalho ordinário jurisdicional de desembargo e julgamento de processos judiciais, seja à frente de projetos sociais focados na proteção de certos setores específicos da população local, especialmente em causas relacionadas à defesa das mulheres, dos povos originários e das pessoas com menor poder aquisitivo. Em outras palavras, a mulher é uma potência: tem força e energia para entregar um pouco de si em todos os cantos.

Nesse sentido, sob a minha ótica, sua contribuição para a sociedade acreana rompe a fronteira do meramente jurisdicional, das decisões escritas no preto e branco de um papel frio, para se deslocar para o acolhimento do ser humano, que nada mais é senão o destinatário final de toda e qualquer ação governamental. E é por isso que sua aposentadoria como magistrada nada mais representa senão um mero ato formal imposto por nossa Constituição da República. Não será o cumprimento dessa imposição constitucional que fará Eva Evangelista parar de atuar em prol da sociedade, que ela tanto ama.

Ela entrega a toga, mas não entrega os sonhos de seu coração, os quais, aliás, permanecerão sendo fomentados por Deus, que lhe proverá força, saúde, ânimo e desejo sincero de continuar atuando em benefício da sociedade acreana. Parabéns por tudo que a senhora é e representa. Há muito mais por vir. Te amo.

Gabriel Menandro Evangelista de Souza (filho)

Bacharel em Direito

Procurador da Fazenda Nacional na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Pai de Luís Gabriel Menandro Evangelista de Freitas



Desembargadora Eva Evangelista com seus filhos Vinicius Menandro Evangelista de Souza (a sua esquerda) e Gabriel Menandro Evangelista de Souza (a sua direita), em 11 de setembro de 2024.

Fonte: Acervo TJAC

Por mais que eu tente, não consigo encontrar palavras no dicionário capazes de traduzir quem foi, e quem é, minha mãe, a desembargadora Eva Evangelista. Uma mulher incansável, determinada, visionária. Filha dedicada, mãe amorosa, esposa exemplar, irmã, companheira, honesta, inteligente – tantos adjetivos ainda não são suficientes para abarcar a grandiosidade dessa mulher que sempre esteve à frente de seu tempo.

Ela foi uma defensora incansável de causas complexas e fundamentais: o combate à violência contra a mulher, a luta pelos direitos dos povos indígenas, dos ribeirinhos, das comunidades mais vulneráveis, entre tantas outras missões que desempenhou com maestria e dedicação ao longo de sua trajetória. É o alicerce de nossa família e deixou-nos o maior legado que alguém pode oferecer: carinho, honestidade, educação e amor. Valores que moldaram a mim e aos meus irmãos, fortalecendo-nos para a vida. Sempre ao nosso lado, apoiando-nos, ensinando-nos e guiando-nos com sabedoria.

Sua aposentadoria não encerra uma história, mas apenas um capítulo de um livro inspirador chamado “Eva Evangelista”. E tenho plena convicção de que muitos outros capítulos ainda serão escritos, com a mesma força e brilho que sempre marcaram sua caminhada.

Vinicius Menandro Evangelista de Souza (filho)

Bacharel em Direito e Mestre em Relações Internacionais

Promotor de Justiça titular da Promotoria Especializada de Defesa da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência do Ministério Público do Acre (MPAC), membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público e professor no curso de Direito da UFAC.

Pai de Mariana Cesário Evangelista de Souza e Ester Evangelista Faria de Souza.

Falar de Eva Evangelista, minha mãe, não é uma tarefa fácil, diante de tantas qualidades que essa grande mulher possui. Neste breve relato, dedicarei minhas palavras à mulher, mãe e amiga, com minhas memórias de anos passados.

Quando pequena, ouvia minha avó Maria Silvério dizer que Eva (sua primogênita) estudava à luz de lamparina, vestia um saco nos pés para escapar da lama na rua onde morava e chegar à escola devidamente uniformizada e limpa.

Outra versão de Eva surgiu no dia do meu nascimento, em 24 de abril de 1975, e me orgulho em repetir o que me foi contado: ‘Sua mãe foi dirigindo para a Maternidade Bárbara Heliodora, acompanhada de sua avó.’ O mais engraçado é que, ao chegar lá, com fome e contrariando o protocolo, pediu um caldo para ter forças na hora do parto. Posso dizer que é uma visão nada romantizada, mas carregada de experiência, força e determinação.

No mesmo ano em que nasci, ela foi nomeada juíza de Direito substituta, tendo sido lotada na Comarca de Sena Madureira, onde vivi minha infância repleta de aventuras ao lado dela, que se dedicava ao ofício. Por lá, passamos por alagações; para sairmos da cidade, pegávamos uma balsa; sem falar nos atoleiros da estrada, que para mim eram diversão e, para ela, motivo de preocupação em retornar às suas atividades na comarca.

Em tantas recordações, seu carinho e cuidado para com as filhas eram visíveis. Encomendava vestidos iguais para minha irmã e para mim, assistia do palanque, com orgulho, à nossa participação nos desfiles de 7 de setembro e no aniversário da cidade, organizava festas de aniversário na escola e, depois de um longo dia de trabalho, me embalava com intermináveis voltinhas de carro pela cidade.

E os anos foram passando... Já em Rio Branco, Gilcely foi estudar em São Paulo; aos 13 anos, Vinícius seguiu os estudos em Curitiba e, em seguida, nosso irmão caçula, Gabriel, acompanhou o Vini. Eva me perguntou se eu não iria acompanhar meus irmãos, e eu respondi que, se ela me permitisse, gostaria de ficar ao lado dela e do pai. Ela sempre priorizou nossos estudos e fazia questão das atividades extracurriculares, como o aprendizado de uma língua estrangeira, balé, piano, judô, dentre outras.

Minha mãe é uma mulher que, diariamente, equilibrou o lado profissional com o pessoal, muitas vezes sem tempo para si mesma, mas sempre atenta à família e compromissada com o exercício da judicatura, com especial atenção aos mais necessitados.

Muito além do comum, excepcional! Assim posso definir minha mãe e amiga Eva, minha pequena Eva, de olhar atento e uma extraordinária mente brilhante. Ser sua filha é ser sensível ao mundo, é uma dádiva divina.

Giuliana Evangelista de Araújo Souza (filha)

Bacharel em Direito e Graduada em Letras

É servidora efetiva do TJAC e colunista social do Jornal A Gazeta do Acre

Mãe de Miguel e Amyr Evangelista Palacio Dantas



Desembargadora Eva Evangelista com sua filha Giuliana e seu neto Amyr, em 11 de setembro de 2024. Fonte: Acervo TJAC

“A Eva é uma pessoa surpreendente, digo até que ela é única, eu nunca vi uma pessoa igual a ela, porque ela não cansa. É o amor da minha vida. É o meu sol. O sol nasceu quando eu conheci a Eva e o meu amor por ela só cresceu, e hoje, eu não posso imaginar a minha vida sem ela”.

*Raimundo Menandro de Souza
(esposo)*



Desembargadora Eva Evangelista e seu esposo Raimundo Menandro, em 11 de setembro de 2024. Foto: Acervo TJAC



Desembargadora Eva Evangelista com sua neta Ester Evangelista Faria de Souza na sessão solene, realizada pelo TJAC, em 11.09.2024, em alusão aos seus 49 anos de Magistratura. Fonte: Acervo TJAC



Desembargadora Eva Evangelista com sua neta Mariana Cesário Evangelista de Souza Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.



Luís Gabriel, neto da desembargadora Eva Evangelista. Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista.



Desembargadora Eva Evangelista com seu neto Miguel Evangelista. Fonte: Acervo pessoal Eva Evangelista

A trajetória da minha avó, Eva Evangelista, é motivo de orgulho e celebração para toda a nossa família e para a Justiça Acreana. São quase 50 anos dedicados à magistratura, marcados por abdicação, conquistas e uma dedicação inabalável. Sua vida é um verdadeiro exemplo, uma fonte de inspiração para todos que têm o privilégio de conhecê-la. Minha avó dedicou sua carreira à Justiça, à ética e ao serviço público, começando com uma determinação incessante que, ao longo do tempo, se transformou em um legado excepcional, pautado pela transparência e coragem. Cada decisão proferida, cada parecer elaborado, cada esforço realizado visava não apenas ao cumprimento da lei, mas à construção de um sistema judicial mais justo e progressista para todos. Sua habilidade em unir o rigor técnico das normas à sensibilidade necessária para compreender a complexidade do povo acreano é um reflexo da sua experiência profunda e singular.

Sua probidade e compromisso com a lei nos mostram como a justiça pode ser exercida com empatia e respeito pelos direitos de todos, independentemente de quem seja. Seu profissionalismo é um testemunho do impacto transformador que um trabalho íntegro e verdadeiro pode ter na vida das pessoas e na sociedade. Ao longo dos anos, minha avó demonstrou não apenas uma competência jurídica impecável, mas também uma humanidade admirável, que a diferencia de todos. Suas decisões não se limitam à letra fria da lei; elas carregam um compromisso genuíno com o espírito da Justiça.

Além de sua carreira brilhante, é sua presença como irmã, mãe, esposa e avó que mais ilumina nossas vidas. Você e meu avô sempre foram o coração da nossa família, oferecendo amor incondicional e uma sabedoria inestimável. Seus conselhos e carinho formaram o caráter de todos nós, e por isso seremos eternamente gratos.

João Paulo Menandro (neto)

Graduado em Administração e cursando pós-graduação em Direito



Homenagem à desembargadora Eva Evangelista

Uma trajetória profissional exemplar, marcada pela dedicação, integridade e um profundo compromisso com a causa da Justiça. É assim, com esse legado, que minha estimada amiga, desembargadora Eva Evangelista, encerra uma etapa de sua carreira.

Tive o privilégio de ser seu aluno na Universidade Federal do Acre, na década de 1980. Desde então, a professora Eva já se destacava por sua competência, conhecimento profundo e, sobretudo, pela sua capacidade ímpar de ensinar. Essas qualidades a acompanharam ao longo de sua brilhante carreira na magistratura.

É uma grande honra dizer que aprendi não apenas como seu aluno, mas também como seu colega ao longo dessa caminhada. Conviver com a desembargadora Eva Evangelista foi uma oportunidade única de aprendizado. Sempre me impressionou sua habilidade de ouvir — audição atenta é uma virtude rara e essencial na nossa profissão. Saber ouvir é uma marca de sabedoria, e a desembargadora Eva sempre exerceu essa qualidade com maestria. Aprendi com ela que, muitas vezes, escutar com atenção é o primeiro passo para a verdadeira justiça. Sou profundamente grato por todos os ensinamentos que dela recebi, lições que transcendem o Direito e tocam a vida.

Lembro-me de um momento especial, aqui mesmo neste plenário, quando a desembargadora Eva me pediu que escolhesse um cartão entre vários que guardava em uma caixa-nha. No cartão que peguei, havia uma mensagem de Cora Coralina:

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria a gente aprende com a vida e com os humildes.”

Essa mensagem me tocou profundamente e ressoa até hoje em minha trajetória.

A magistratura de Eva Evangelista sempre foi marcada por dedicação inabalável, até o último dia de trabalho. Em cada sessão, manteve o mesmo empenho e paixão que possuía no início da carreira. Pude testemunhar isso de perto, inclusive nos tempos em que atuava como advogado. Seu amor pela Justiça foi a força motriz que a sustentou dia após dia.

Mesmo ao se despedir da vida ativa na magistratura, seu compromisso com a Justiça permanece intacto. Em cada projeto que abraçou e em cada decisão que proferiu, esteve presente sua busca incessante pela excelência e pela defesa do Direito. Sua liderança em projetos institucionais, como o Projeto Cidadão e o Programa Justiça Comunitária, bem como seu incansável trabalho à frente da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, são provas de seu compromisso com uma Justiça acessível, transformadora e verdadeiramente humana.

Expresso, com profunda gratidão, meu reconhecimento por sua trajetória inspiradora. A jornada da desembargadora Eva Evangelista é um farol que continuará a iluminar nossos caminhos. Seu legado é imensurável—um exemplo de magistrada completa, que não apenas aplica a lei, mas vive o Direito com intensidade, sempre em busca do bem comum.

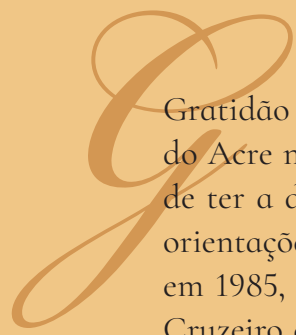
Essa é a desembargadora Eva. Com respeito, admiração e gratidão, desejo que as bênçãos de Deus estejam sempre presentes em sua vida, guiando seus passos com saúde, paz e serenidade. Sua história nos remete às palavras do apóstolo Paulo, em 2 Timóteo 4:7:

“Combati o bom combate, terminei a corrida, guardei a fé.”

Assim como Paulo, a desembargadora Eva Evangelista nos mostrou que é possível, com fé, dedicação e amor à Justiça, cumprir a missão com excelência.

Desembargador Laudivon Nogueira
Presidente do TJAC





Gratidão à minha mestra. Ingressei no curso de Direito na Universidade Federal do Acre no final da década de 1970 e, no início da década de 1980, tive a honra de ter a desembargadora Eva Evangelista como professora. Seus ensinamentos e orientações marcaram profundamente minha trajetória, desde então. Mais tarde, em 1985, iniciei minha carreira no Ministério Público. Atuando na Comarca de Cruzeiro do Sul em 1987, tive o privilégio de reencontrar minha mestra, já como presidente do Tribunal de Justiça, em uma visita à Comarca.

Ao longo dos anos, muitas situações nos aproximaram. Seus filhos, Gilcely e Vinícius, ingressaram no Ministério Público, tornando-nos colegas. Durante dois mandatos como corregedor, tive a oportunidade de atuar junto a eles, fortalecendo essa relação profissional e pessoal. Já no Tribunal de Justiça, onde cheguei em 2002, vivi mais de duas décadas de convivência harmoniosa e enriquecedora com a desembargadora Eva. Tive o privilégio de contar com sua parceria enquanto vice-presidente do Tribunal, quando assumi a presidência e a direção da Escola Superior da Magistratura. Destaco, ainda, sua contribuição na vinda da Fundação Getúlio Vargas ao Acre para o MBA em Gestão do Poder Judiciário, cujos benefícios foram significativos.

Falar da carreira de Eva Evangelista é falar de uma trajetória ímpar. Após nove anos no primeiro grau, ascendeu ao Tribunal de Justiça do Acre, ao qual dedicou 40 anos. É a última remanescente do chamado “Colégio dos Cinco”, referência à composição inicial do TJAC, então formado pelos desembargadores Jorge Araken, Jader Barros, Fernando Conde, Minervino e por ela. À época, o Tribunal contava com cinco desembargadores, número que passou para sete, depois nove, e hoje soma 12 integrantes.



Desde 1986, ocupa a posição de decana da Corte, com 38 anos nessa função. Sua dedicação e entrega ao Judiciário são únicas. A desembargadora Eva não apenas testemunhou, mas participou ativamente dos acontecimentos mais marcantes do Poder Judiciário e do estado do Acre.

Sempre a primeira a votar ou a pedir vista nas causas mais complexas, demonstra seu comprometimento e profundo senso de justiça. É uma colega inconformada com a ausência de juízes nos fóruns, sobretudo para atender os mais vulneráveis, e com os atrasos na prestação jurisdicional, especialmente em casos que envolvem crianças, adolescentes e violência doméstica. É inquieta diante das injustiças e da falta de respostas para quem mais precisa. E, como sabemos, ela não vai parar.

“Estou ainda trabalhando, com a mão no arado e a face encarando o futuro. As sombras da tarde estendem-se à minha volta, mas trago a manhã no coração. Aqueci ambas as mãos ao fogo da vida e meu testemunho é este: o castelo do encantamento está ainda diante de mim, e diariamente pego vislumbres de suas ameias e teias. O melhor da vida está à minha frente, oculto à vista, atrás das distantes colinas do tempo.”

Essa é a desembargadora Eva Evangelista. Que sua voz continue a nos incentivar e a nos lembrar: sempre é possível fazer mais, fazer bem e fazer melhor. “Em tempos muito mais difíceis, eu consegui. Vocês também conseguirão. Lutem. O Poder Judiciário do Acre e o cidadão merecem. Mirem-se em mim.”

Samuel Martins Evangelista
Decano da Corte de Justiça do Estado Acre



O começo de uma nova fase

Eva Evangelista

“A humanidade é dotada de um potencial infinito e cada ser humano possui algo único a contribuir para a construção de um mundo melhor. Estamos todos conectados. Somos um.”

(Helena Blavatsky, escritora russa)

Diz a Palavra de Deus:
“Melhor é o fim das coisas do
que o princípio delas.”
(Eclesiastes 7:8)



Aos 75 anos de idade, passados 49 anos dedicados ao Poder Judiciário do Estado do Acre, quase 39 no Tribunal de Justiça, no dia 11 de setembro de 2024, encerrei minha trajetória como magistrada. Pedi a Deus para chegar a esse momento com a serenidade de quem empregou dedicação e força física, mental, espiritual e emocional para cumprimento de uma missão para a qual fui vocacionada até o último dia de trabalho de 55 anos na jurisdição e no serviço público. Espero em Deus que minhas decisões no primeiro e no segundo grau, monocráticas e colegiadas, ao longo dessa caminhada, de alguma forma, tenham alcançado pessoas e possibilitado o acesso e resposta de Justiça, em especial aos cidadãos vulneráveis, aqueles que têm fome e sede de acolhida, escuta, consolo e reparação de direitos.

Minha vida a tenho como entrelaçada com a história da Justiça Acreana, dos seus 120 anos, a contar do Tratado de Petrópolis, que anexou o território do Acre ao Brasil e a elevação do Acre a Estado membro em 1962. Por oportuno, conclamo a atual e as futuras gerações de servidores e magistrados a adotar o sentimento de pertencimento ao Poder Judiciário do Acre, marcado por lutas de resiliência e superação, uma história que deve ser revisitada, escrita e reescrita, vivenciada e compartilhada de corpo e alma.

Desde junho de 1975, quando assumi a jurisdição na Comarca de Sena Madureira na condição de juíza substituta temporária, alçada por concurso público a juíza titular em janeiro de 1978, cultivei o sonho de uma justiça, de fato, próxima do cidadão, abrangendo toda a população, sobretudo aquela que não possui condições de saúde, econômicas ou sociais, que os distancia da entrada das sedes dos fóruns, juizados ou do próprio Tribunal, a assegurar a justiça presente a todos, sem exceção. E preciso acreditar, com humildade confiante, quiçá possa ter contribuído para tanto.

Em minhas decisões, sempre procurei empregar a observância à Constituição e às leis que regem o Brasil, mas sem tangenciar o contexto social no qual estão inseridas as partes, o uso das inovações tecnológicas e, principalmente, as consequências econômicas e sociais. Em paralelo à jurisdição, Deus e as administrações do Tribunal acreditaram e confiaram a minha pessoa o privilégio de coordenar projetos e programas, iniciativas voltadas à inclusão social. Percorri todos os municípios do Acre, as comunidades mais distanciadas, aldeias indígenas e regiões ribeirinhas, em parcerias entrelaçadas com órgãos públicos e privados, na entrega de atividades de inclusão e cidadania alinhadas aos princípios e valores do Poder Judiciário.

Agora, uma nova etapa da minha vida tem início, com alegria, a perspectiva de mais presença na vida da família: do meu marido, filhos e netos, dos irmãos, tios, sobrinhos e primos. Durante os anos de dedicação intensa à magistratura, conciliar a carreira com a vida familiar era desafiador. Embora o esforço para participar de momentos, como levar os filhos à escola, participar das reuniões de pais e mestres, nem sempre era possível em razão de coincidir com audiências e sessões do Tribunal. Meu marido Menandro, com desvelo, assumiu a tarefa, sempre com a demonstração de companheirismo e superação apesar de suas atividades profissionais, o engenheiro agrônomo, o cearense que conhece os lugares rurais do Acre, rios e seringais, e posteriormente se encantou pelo Direito. Nesta nova fase, quero vivenciar e aproveitar mais, em oração, louvor e gratidão a Deus, os momentos cotidianos, longas conversas em torno da mesa grande de madeira, risos e choros, almoços e cafés da manhã em família, sem hora definida para terminar, dantes abreviados.

Contudo, não significa que vou parar de sonhar e trabalhar pelos princípios e valores que acredito. Prossigo em constante evolução, sempre no desafio e busca de fazer a diferença para as pessoas no dia a dia. E Deus possibilitando, a intenção é seguir contribuindo para os projetos sociais, nos direitos humanos fundamentais, de mulheres em situação de violência doméstica, idosos, crianças e adolescentes, presidiários, as pessoas vulneráveis em geral e nos conflitos fundiários e ambientais. Esses temas sempre foram e continuarão sendo minha prioridade pela significação do cuidado e atenção para com as pessoas, a propriedade e o meio ambiente sustentáveis.

Deveras me despeço com saudades da magistratura, não do poder de julgar, sobressaindo a gratidão por todas as oportunidades ao longo dessa jornada. Reafirmo saudades das pessoas: dos magistrados e magistradas de primeiro e do segundo grau, de servidoras e servidores, de estagiários e estagiárias, voluntários e voluntárias e de colaboradores e colaboradoras terceirizados, pela oferta de atenção e apoio no exercício das atividades jurisdicionais e de gestão nos diversos cargos de administração da estrutura organizacional do Tribunal de Justiça.

Despeço-me da jurisdição com o coração e alma em paz, porque fiz tudo que estava ao alcance das minhas forças. Compartilhei a dor das pessoas que batiam às portas da Justiça: mulheres, homens, crianças, presidiários, indígenas e tantos outros desprovidos de acesso à restauração de seus direitos.

Sou grata a Deus, a quem glorifico diariamente por Sua Graça e Misericórdia, pela vida, saúde e sabedoria com que me sustentou na caminhada. Sou grata especialmente à minha família, o marido, o companheiro de uma vida, filhos e netos, meus pais, tios, irmãos e sobrinhos, primos, amigos, alicerce em todos os momentos, dos dias bons e dos dias maus. Expresso gratidão aos meus pares, amigos do colegiado das diversas composições do Tribunal de Justiça desde dezembro de 1984 - alguns há muito partiram para a Glória de Deus. Deles e delas sempre colhi atenção e respeito aos meus votos e decisões, ainda que em salutar divergência, em partilha e aprendizado constante. Estendo aos membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos procuradores do estado e dos municípios, dos advogados, das partes, do sistema de justiça e das forças policiais civil, militar e federal, dos servidores do primeiro e do segundo grau do Poder Judiciário e dos demais Poderes. Incluo os diversos governantes do Acre e seus prefeitos, a Assembleia Legislativa e a representação acreana no Congresso Nacional em tempos diversos que acompanharam essa longa jornada e contribuíram para a construção da minha trajetória.

Quanto aos membros do Tribunal de Justiça, nomino, por ordem de antiguidade, quando da minha passagem para a inatividade, os desembargadores Samoel Evangelista, Roberto Barros, Denise Bonfim, Waldirene Cordeiro, Francisco Djalma, Regina Ferrari, Laudivon Nogueira, Júnior Alberto, Luís Camolez, Elcio Mendes e Nonato Maia, que tanto contribuíram para meu aprimoramento como ser humano e profissional, e cada um, de forma individualizada, a merecer realce. Neste aspecto, rogo permissão para saudar a desembargadora Regina Ferrari (presidente do TJ/AC no biênio 2023-2025), que a todos representa, companheira das lutas da então Escola da Magistratura, do TRE e dos programas, a quem expresso eterna gratidão, pela humanidade, generosidade, solidariedade e compreensão, qualidades inerentes a sua pessoa, pela iniciativa das homenagens a mim prestadas pelo TJAC ao tempo da despedida do desembargo, em reconhecimento ao fato de ser a primeira mulher juíza de Direito e desembargadora.

Tenho novos projetos em mente e continuarei atuando pela justiça social. O Poder Judiciário acreano transcende à função jurisdicional, desenvolvendo importantes iniciativas sociais destinadas a enfrentar desigualdades e promover cidadania. Programas como Projeto Cidadão, Justiça Comunitária, Abraçando Filhos, Justiça Restaurativa, Mediação de Conflitos nas Escolas e Soluções Fundiárias, entre tantos outros, traduzem ações que visam transformar vidas.

Este é o começo de uma nova fase, e com fé e determinação, pronta, em disponibilidade para antigos e novos desafios, como o profeta Isaías, 6:8, proclamo : “Eis-me aqui, Senhor.”



Galeria de fotos



Momento em que a desembargadora Eva Evangelista entrega a sua toga, representando sua aposentadoria compulsória da magistratura acreana, em sessão solene em homenagem aos 49 anos de Magistratura de Eva Evangelista, em 11.09.2024. Na foto estão, da esquerda para a direita: desembargadores Waldirene Cordeiro, Regina Ferrari, Nonato Maia, Laudivon Nogueira, Eva Evangelista, Denise Bonfim e Samoel Evangelista. Foto: Acervo TJAC



Desembargadoras Denise Bonfim, Regina Ferrari, Eva Evangelista e Waldirene Cordeiro (da esquerda para a direita) em sessão solene em homenagem aos 49 anos de Magistratura de Eva Evangelista, em 11.09.2024. Foto: Acervo TJAC



Pleno do TJAC em sessão solene em homenagem aos 49 anos de Magistratura de Eva Evangelista, em 11.09.2024.
Foto: Acervo TJAC

Famíliares da desembargadora Eva Evangelista na solene em homenagem aos seus 49 anos de Magistratura, em 11.09.2024.
Foto: Acervo TJAC



Desembargadoras Waldirene Cordeiro, Regina Ferrari, Eva Evangelista e Denise Bonfim. Fonte: Arquivo TJAC.



Atuação da desembargadora Eva Evangelista na Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJAC. Foto: Acervo TJAC



Desembargadora Eva Evangelista, em seu gabinete, na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em Rio Branco, no ano de 2023. Fonte: Acervo TJAC.



Da esquerda para a direita: os filhos de Maria Silvério Araújo e João Evangelista Araújo: Antônio, Eva, Afonso, Evany e Adão Evangelista (*in memoriam*)



Participação da desembargadora Eva Evangelista na campanha “Sinal Vermelho”, durante a pandemia de Covid-19, incentivando que as mulheres denunciassem violências sofridas de forma silenciosa em estabelecimentos comerciais.

Foto: Acervo TJAC



De cima para baixo:

Desembargadora Eva Evangelista na aldeia Morada Nova, em Feijó/AC, participando do Projeto Cidadão. Foto: Acervo TJAC.

Desembargadora Eva Evangelista com alunos da rede pública de Rio Branco. Foto: Acervo TJAC

Desembargadora Eva Evangelista atuando no projeto Cidadão, no rio Crôa, em Cruzeiro do Sul.
Fonte: Acervo TJAC

Bibliografia

LIVROS

ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os heróis esquecidos**. Fortaleza/São Paulo: Irê Brasil/Escrituras Ed., 2015. 258 p.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: de Território a Estado – Um olhar social**. São Paulo: USP, 2006. 383 p. (Doutorado em História Social).

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

FALCÃO, Emílio. **Álbum do Rio Acre: 1906 – 1907**. Rio Branco: FDRHCD (reedição), 1988.

FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE. **Atlas do Estado do Acre**. Rio Branco: FUNTAC, 2008. 198p.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Editora Claridade, 2015. 120 p.

GINELLI, Giovanna. **História da Educação do Acre – Período Departamental e Territorial**. Rio Branco: Secretaria de Estado de Educação do Governo do Acre, 2010.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001. 178 p.

LEITE, José Chalub. **Tão Acre: o humor acreano de todos os tempos II**. Rio Branco: Tribunal de Justiça do Estado do Acre, 2009. 788 p.

MARQUES, Edir. **Lourival Marques: voltei e vim para servir**. Rio Branco, AC: Editora do Autor, 2023. 235 p.

MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha na 2ª Guerra Mundial**. Rio Branco: Edufac, 2004. 398 p.

NEVES, Marcos Vinicius. **História Acreanas no miolo de pote**. Rio Branco: Fundação Elias Mansour, 2018. 258 p.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto. **O sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco e o ciclo de cem anos de andança da população acreana**. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1985.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 62 p.

RIBEIRO, Olívia Maria Alves et al. Produtividade judicial e gênero: o trabalho invisível da magistrada e a (des)igualdade material na função judicante. In: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE; ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO DO ACRE. **Reflexões de humanidade: coletânea de artigos científicos**. Ano I, n. 1, nov. 2023. Rio Branco, 2023. p. 887-888.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE. **50 anos de justiça e cidadania**. Rio Branco: Tribunal de Justiça do Estado do Acre, 2013. 82 p.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE. **Justiça acreana: uma longa história: 60 anos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, 120 anos da Justiça do Território Federal do Acre**. Rio Branco: Tribunal de Justiça do Estado do Acre, 2024. 88 p.

VISCONTI, Jacopo Crivelli; GROSS, Tony; LAGNADO, Lisette; BURLAMAQUI, Flávia. **Hélio Melo**. São Paulo: Almeida e Dale Galeria, 2023. 288 p.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BELTRÃO, Tatiana. **Divórcio demorou a chegar no Brasil**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil>>. Acesso em: 05 dez. 2024.

JUSBRASIL. **A trajetória do divórcio no Brasil: a consolidação do Estado Democrático de Direito**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/a-trajetoria-do-divorcio-no-brasil-a-consolidacao-do-estado-democratico-de-direito/2273698>>. Acesso em: 05 dez. 2024.

MONTEMURRO, Danilo. **A história do divórcio no Brasil**. Disponível em: <<https://danilomontemurro.com.br/a-historia-do-divorcio-no-brasil/>>. Acesso em: 05 dez. 2024.

INCRA. **II PNRA: Programa Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 2004. Disponível em: <www.incra.gov.br>.

ACERVOS CONSULTADOS

Acervo Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (DPHC – FEM).

Acervo Pessoal Eva Evangelista.

Acervo Museu da Borracha. Acervo Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC).

Acervo Museu de Arte da Universidade do Ceará. Acervo José Leite.

Acervo Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre (CDIH) – Universidade Federal Do Acre (UFAC).

Acervo pessoal Agenor Mariano.

Acervo Fiocruz.

SITES CONSULTADOS

MADRE CABRINI. Disponível em: <<https://www.madrecabrini.com.br/>>. Acesso em: [data de acesso].

SENADO FEDERAL. Divórcio demorou a chegar no Brasil. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil>>. Acesso em: 05 dez. 2024.

TODAPOLITICA. Movimento feminista no Brasil. Disponível em: <<https://www.todapolitica.com/movimento-feminista-brasil/>>. Acesso em: [data de acesso].

DEPOIMENTOS

EVANGELISTA, Eva. **Desembargadora Eva Evangelista**: em Rio Branco, entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025.





Florada dos ipês em Rio Branco.
Foto: Marcos Vicentti





120 ANOS DE JUSTIÇA E CIDADANIA
1903 — 1963 — 2023



PODER
JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO ACRE



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça